



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31300005810

Código da Natureza Jurídica

2054

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: COMPANHIA DE GAS DE MINAS GERAIS GASMIG
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGE2000743547

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	981			ADITAMENTO ESCRITURA EMISSAO DEBENTURES

BELO HORIZONTE

Local

22 Setembro 2020

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR

DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

SIM

SIM

Processo em Ordem À decisão

_____/_____/_____
Data

NÃO ____/____/_____
Data

Responsável

NÃO ____/____/_____
Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

_____/_____/_____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

_____/_____/_____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8023071 em 24/09/2020 da Empresa COMPANHIA DE GAS DE MINAS GERAIS GASMIG, Nire 31300005810 e protocolo 205614221 - 16/09/2020. Autenticação: 424EAF4F49404C6369429E71D9E4D2DD7D0401. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/561.422-1 e o código de segurança py5o Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/561.422-1	MGE2000743547	15/09/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
606.744.587-53	CARLOS ALBERTO BACHA
603.695.316-04	LAURO SERGIO VASCONCELOS DAVID
628.325.818-20	LUIZ ANTONIO VICENTINI JORENTE
961.101.807-00	MARCUS VENICIUS BELLINELLO DA ROCHA
029.517.506-09	SANDRA REGINA PEREIRA ALVES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª (OITAVA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG

celebrado entre

COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG
como Emissora

e

SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

Datado de
04 de setembro de 2020



PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª (OITAVA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG

Pelo presente “Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos da Companhia, de Gás de Minas Gerais”, de um lado, como emissora das Debêntures” (“**Primeiro Aditamento**”), de um lado, como emissora das Debêntures (conforme definido abaixo) (“**Companhia**” ou “**Emissora**”):

(1) COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG, sociedade por ações de capital fechado, em fase de obtenção do registro de companhia aberta na Categoria B perante a Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1200, 7º andar, CEP 30190-131, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“**CNPJ/ME**”) sob o nº 22.261.473/0001-85, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (“**JUCEMG**”) sob o NIRE 3130000581-0, neste ato representada por seus representantes legais devidamente constituídos na forma de seu estatuto social e identificados na respectiva página de assinatura deste instrumento;

de outro lado, como agente fiduciário, representando a comunhão de titulares das Debêntures (“**Debenturistas**” e “**Agente Fiduciário**” ou “**Pavarini**”, respectivamente):

(2) SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, Bloco B, Conj. 1401, Itaim Bibi, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento;

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como “**Partes**” e, individual e indistintamente, como “**Parte**”,

CONSIDERANDO QUE:

- (A) em 26 de agosto de 2020, as Partes celebraram o “*Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG*” (“**Escritura**”), a qual foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (“**JUCEMG**”) sob o nº 7985285, em 28 de agosto de 2020;
- (B) a 8ª (Oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única (“**Emissão**” e “**Debêntures**”, respectivamente) e a alteração do endereço da sede da Companhia foram aprovadas com base nas deliberações tomadas em assembleia geral extraordinária da Emissora, realizada em 20 de agosto de 2020 (“**AGE Emissão**”), cuja ata foi arquivada na JUCEMG sob o nº 7982984, em 27 de agosto de 2020,



publicada no Diário Oficial de Minas Gerais e no Jornal "O Tempo" nas edições de 29 de agosto de 2020 (em conjunto, "**Jornais de Publicação**");

- (C) conforme previsto na Cláusula 3.7 da Escritura, foi finalizado, em 04 de setembro de 2020, o Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido na Escritura), no qual foi definida a taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures;
- (D) as Debêntures não foram subscritas e integralizadas até a presente data, de modo que não se faz necessária a realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Escritura) para aprovação das matérias objeto deste Primeiro Aditamento;
- (E) conforme previsto na Cláusula 2.4.3 da Escritura, as matérias objeto deste Primeiro Aditamento independem de qualquer aprovação societária adicional da Emissora; e
- (F) as Partes, em conjunto, decidiram alterar determinados termos e condições da Escritura, nos termos aqui dispostos, de forma a refletir a realização e o resultado do Procedimento do *Bookbuilding* (conforme definido na Escritura).

RESOLVEM, de comum acordo na melhor forma de direito, firmar este Primeiro Aditamento, mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído na Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

1. ALTERAÇÕES

1.1. As partes resolvem alterar a qualificação da Companhia, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"(1) COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG, sociedade por ações de capital fechado, em fase de obtenção do registro de companhia aberta na Categoria B perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1200, 7º andar, CEP 30190-131, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 22.261.473/0001-85, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o NIRE 3130000581-0, neste ato representada por seus representantes legais devidamente constituídos na forma de seu estatuto social e identificados na respectiva página de assinatura deste instrumento;"

1.2. As partes resolvem alterar a Cláusula 2.4.3. da Escritura, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.4.3. Nos termos da Cláusula 3.7 abaixo, esta Escritura foi objeto de aditamento para refletir o resultado do Procedimento de Bookbuilding, nos termos e condições aprovados na AGE da Emissão, e, portanto, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora, nos termos da AGE da Emissão, ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo). O aditamento de que trata esta Cláusula será inscrito na JUCEMG, nos termos da Cláusula 2.4.1 acima."

1.3. As partes resolvem alterar as Cláusulas 3.7.1. e 3.7.2. da Escritura, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:



"3.7.1. Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, sem lotes mínimos ou máximos, observado o artigo 3º da Instrução CVM 476, o qual definiu, de comum acordo com a Emissora a taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures ("**Procedimento de Bookbuilding**").".

"3.7.2. Ao final do Procedimento de Bookbuilding, a Emissora ratificou a taxa final dos Juros Remuneratórios, por meio de aditamento a esta Escritura, que deverá ser arquivado na JUCEMG, nos termos da Cláusula 2.4 acima, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora, nos termos da AGE da Emissão, ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas."

1.4. As partes resolvem alterar as Cláusulas 4.4.1., 4.4.2. e 4.4.3. da Escritura, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"4.4.1. Sobre o Valor Nominal Atualizado ou saldo do Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 5,27% (cinco inteiros e vinte e sete centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, definido de acordo com o Procedimento de Bookbuilding ("**Juros Remuneratórios**")."

"4.4.2. A taxa final dos respectivos Juros Remuneratórios, definida em conformidade com a Cláusula 4.4.1 acima, foi ratificada por meio de aditamento à presente Escritura."

"4.4.3. O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times [FatorJuros-1]$$

onde:

J = valor unitário da remuneração devida ao final do Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de spread fixo, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Spread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}}$$

onde:

Spread = 5,2700.

n = número de dias úteis entra a data do próximo Período de Capitalização (conforme definido abaixo) e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro.



DT = número de dias úteis entre o último e o próximo Período de Capitalização, sendo "DT" um número inteiro.

DP = número de dias úteis entre o último Período de Capitalização e a data atual, sendo "DP" um número inteiro."

1.5. As partes resolvem alterar o item (i) da Cláusula 11.1. da Escritura de Emissão, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Para a Emissora:

Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG

Avenida Barbacena, nº 1200, 7º andar

CEP 30190-131, Belo Horizonte, MG

At: Sra. Sandra Regina Pereira Alves

Tel: (31) 3265-1068

E-mail: sandra.alves@gasmig.com.br"

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. Todos os demais termos e condições da Escritura que não tenham sido expressamente alterados por este Primeiro Aditamento são, neste ato, ratificados e permanecem em pleno efeito e vigor. Em decorrência das alterações realizadas neste Primeiro Aditamento, as Partes resolvem alterar e consolidar a Escritura, que passa a vigorar conforme versão anexa a este Primeiro Aditamento como seu **Anexo A**.

2.2. A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas deste Primeiro Aditamento não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula deste Primeiro Aditamento, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste Primeiro Aditamento, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

2.3. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

2.4. As partes reconhecem este Primeiro Aditamento e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784, incisos I e III do Código de Processo Civil.

2.5. O presente Primeiro Aditamento será registrado na JUCEMG, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.6. Este Primeiro Aditamento é celebrado em caráter irrevogável e irretroatável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título.



2.7. As Partes declaram, mútua e expressamente, que este Primeiro Aditamento foi celebrado respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

2.8. Este Primeiro Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

2.9. Fica eleito o foro da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Primeiro Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Belo Horizonte, 04 de setembro de 2020.

(Assinaturas se encontram nas páginas seguintes.)

(Restante da página intencionalmente deixado em branco.)



(Página de Assinatura 1/3 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG)

COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS – GASMIG

Nome: Lauro Sérgio Vasconcelos David
Cargo: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Nome: Luiz Antônio Vicentini Jorente
Cargo: Diretor Técnico



(Página de Assinatura 2/3 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG)

SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome: Carlos Alberto Bacha
Cargo: Diretor



(Página de Assinatura 3/3 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG)

Testemunhas:

- | | |
|--|---|
| 1. _____
Nome: Sandra Regina Pereira Alves
R.G.: MG7459578
CPF/ME: 029.517.506-09 | 2. _____
Nome: Marcus Venicius Bellinello da Rocha
R.G.: 04.538.389-0 – DETRAN-RJ
CPF/ME: 961.101.807-00 |
|--|---|



ANEXO A

Versão Consolidada da Escritura



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8023071 em 24/09/2020 da Empresa COMPANHIA DE GAS DE MINAS GERAIS GASMIG, Nire 31300005810 e protocolo 205614221 - 16/09/2020. Autenticação: 424EAF4F49404C6369429E71D9E4D2DD7D0401. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/561.422-1 e o código de segurança py5o Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª (OITAVA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG

Pelo presente instrumento particular, de um lado, como emissora das Debêntures (conforme definido abaixo) (“**Companhia**” ou “**Emissora**”):

(1) COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG, sociedade por ações de capital fechado, em fase de obtenção do registro de companhia aberta na Categoria B perante a Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1200, 7º andar, CEP 30190-131, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“**CNPJ/ME**”) sob o nº 22.261.473/0001-85, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (“**JUCEMG**”) sob o NIRE 3130000581-0, neste ato representada por seus representantes legais devidamente constituídos na forma de seu estatuto social e identificados na respectiva página de assinatura deste instrumento;

de outro lado, como agente fiduciário, representando a comunhão de titulares das Debêntures (“**Debenturistas**” e “**Agente Fiduciário**” ou “**Pavarini**”, respectivamente):

(2) SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, Bloco B, Conj. 1401, Itaim Bibi, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento;

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como “**Partes**” e, individual e indistintamente, como “**Parte**”,

vêm, na melhor forma de direito, firmar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG” (“**Escritura**”), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Para fins desta Escritura, “**Dia(s) Útil(eis)**” significa: **(i)** com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTMV (“**B3**”), inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; **(ii)** com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da B3, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e/ou na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e que não seja sábado ou domingo ou feriado declarado nacional; e **(iii)** com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura: **(a)** qualquer dia que não seja sábado ou domingo ou feriado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, em relação à Emissora; e **(b)** qualquer dia que não seja sábado ou domingo ou feriado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.



1. AUTORIZAÇÕES

1.1. A presente Escritura é celebrada pela Emissora com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, em reunião realizada em 20 de agosto de 2020 (“**AGE da Emissão**”), na qual foi deliberada, conforme aprovado pelo Conselho Fiscal da Emissora, nos termos do artigo 163, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, a realização da Emissão (conforme abaixo definido) e da Oferta Restrita (conforme abaixo definido), bem como seus respectivos termos e condições, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 10, alínea “f” do estatuto social da Emissora.

1.2. Por meio da AGE da Emissão, a Diretoria da Emissora também foi autorizada a: **(i)** praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE da Emissão, incluindo a celebração de todos os documentos indispensáveis à concretização da Emissão, dentre os quais o aditamento a esta Escritura que ratificará o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido); e **(ii)** formalizar e efetivar a contratação dos Coordenadores (conforme abaixo definidos), do Agente Fiduciário e dos prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta Restrita, tais como Escriturador (conforme abaixo definido), Banco Liquidante (conforme abaixo definido), a B3, dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos.

2. REQUISITOS

A 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única (“**Emissão**” e “**Debêntures**”, respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos, pela Emissora (“**Oferta Restrita**”) será realizada com observância aos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“**Instrução CVM 476**”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei do Mercado de Valores Mobiliários**”).

2.2. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.2.1. A Oferta Restrita será registrada na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercado Financeiro e de Capitais (“**ANBIMA**”), nos termos do inciso II do artigo 16 e do inciso V do artigo 18 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários (“**Código ANBIMA**”).



2.3. Arquivamento na JUCEMG e Publicação da AGE da Emissão

2.3.1. A ata da AGE da Emissão será arquivada na JUCEMG e será publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal "O Tempo" (em conjunto, "Jornais de Publicação").

2.4. Arquivamento desta Escritura na JUCEMG

2.4.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCEMG, nos termos do inciso II e do parágrafo 3º, ambos do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis da data de assinatura da presente emissão, protocolar esta Escritura para inscrição na JUCEMG. Os eventuais aditamentos à presente Escritura deverão ser apresentados para registro na JUCEMG no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua assinatura.

2.4.2. Uma cópia eletrônica, em formato PDF, contendo a chancela digital desta Escritura e de seus eventuais aditamentos, devidamente arquivados na JUCEMG deverão ser enviados pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data do arquivamento.

2.4.3. Nos termos da Cláusula 3.7 abaixo, esta Escritura foi objeto de aditamento para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos e condições aprovados na AGE da Emissão, e, portanto, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora, nos termos da AGE da Emissão, ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo). O aditamento de que trata esta Cláusula será inscrito na JUCEMG, nos termos da Cláusula 2.4.1 acima.

2.5. Depósito para Distribuição e Negociação

2.5.1. As Debêntures serão devidamente depositadas para:

(a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e

(b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

2.5.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.5.1 acima e observado o disposto na cláusula 2.5.3 abaixo, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) e depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, observado, ainda, o disposto no inciso II do artigo 13 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.



2.5.3. Nos termos do inciso II do artigo 13 da Instrução CVM 476, o prazo de 90 (noventa) dias para restrição de negociação das Debêntures referido na Cláusula 2.5.2 acima não será aplicável aos Coordenadores (conforme abaixo definido) para as Debêntures que tenham sido subscritas e integralizadas pelos Coordenadores em razão do exercício da garantia firme de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido), desde que sejam observadas as seguintes condições: (i) na negociação subsequente, o adquirente observe o prazo de 90 (noventa) dias de restrição de negociação, contados da data do exercício da garantia firme pelos Coordenadores, bem como os limites e condições previstos nos artigos 2º e 3º da Instrução CVM 476; (ii) os Coordenadores verifiquem o cumprimento das regras previstas nos artigos 2º e 3º da Instrução CVM 476; e (iii) a negociação das Debêntures deve ser realizada nas mesmas condições aplicáveis à Oferta Restrita, podendo o valor de transferência das Debêntures ser o Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido) ou seu saldo, conforme o caso, ou um valor correspondente ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme abaixo definida), calculada *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização (conforme abaixo definida) até a data de sua efetiva aquisição.

2.6. Projeto de Infraestrutura Considerado como Prioritário pelo Ministério de Minas e Energia

2.6.1. A Emissão das Debêntures será realizada na forma do artigo 2º da Lei 12.431, do Decreto nº 8.874 e da Portaria do Ministério de Minas e Energia (“**MME**”) nº 252, de 17 de junho de 2019, conforme alterada (“**Portaria MME 252**”), tendo em vista o enquadramento do Projeto (conforme abaixo definido) como prioritários pelo MME, por meio da Portaria nº 6, de 15 de abril de 2020 (“**Portaria**” ou “**Portaria de Enquadramento**”), anexa à presente Escritura como **Anexo I**.

3. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

3.1.1. A Emissão objeto da presente Escritura constitui a 8ª (oitava) emissão de debêntures da Emissora.

3.2. Valor Total da Emissão

3.2.1. O valor total da Emissão será de R\$850.000.000,00 (oitocentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão.

3.3. Número de Série

3.3.1. A Emissão será realizada em série única.

3.4. Destinação dos Recursos

3.5. Nos termos do artigo 2º, parágrafos 1º e 1º-B, da Lei 12.431, do Decreto 8.874, das Portarias de Enquadramento, da Resolução do Conselho Monetário Nacional (“**CMN**”) nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011 (“**Resolução CMN 3.947**”) e da Portaria MME 252, a totalidade dos recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão destinar-se-á:



(i) a pagamentos futuros ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas, no que tange ao reembolso, que tenham ocorrido em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses antecedentes a data de encerramento da Oferta Restrita, relacionados ao desenvolvimento, construção e operação do Projeto, observado o disposto na Cláusula 3.5.1 abaixo, conforme o caso, e, quando não destinados diretamente para o que foi descrito acima, serão mantidos em instrumentos de caixa ou equivalente de caixa até seu desembolso nos termos do descrito acima:

Objetivo do Projeto	Plano de Investimentos da Gasmig para o Ciclo Tarifário 2018-2022, com despesas de outorga dos empreendimentos de infraestrutura que fazem parte do Projeto de Expansão, Renovação ou Melhoria da Infraestrutura de Distribuição de Gás Natural Canalizado, em conformidade com o art. 2º, § 3º, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016 e no art. 1º, § 3º, da Portaria MME nº 252, de 17 de junho de 2019, aprovado pelo Poder Concedente em 18 de setembro de 2019, mediante Resolução SEDE nº 08/2019 (“ Projeto ”).
Prazo de execução do Projeto	As obras do Projeto serão realizadas entre 01 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2022.
Fase atual do Projeto	Pagamento do bônus de outorga realizado em 26 de setembro de 2019
Data de encerramento do Projeto	O Projeto será concluído em 31 de dezembro de 2022.
Volume total do Projeto	R\$1.288.276.000,00 (um bilhão, duzentos e oitenta e oito milhões, duzentos e setenta e seis mil reais).
Volume estimado de recursos financeiros a serem captados por meio das Debêntures que será destinado ao Projeto	Valor de R\$850.000.000,00 (oitocentos e cinquenta milhões de reais).
Percentual estimado de recursos financeiros a serem captados por meio das Debêntures que será destinado ao Projeto	100% (cem por cento).

(ii) incluindo, a realização, pela Emissora, do resgate antecipado obrigatório total da “1ª (primeira) Emissão de Notas Promissórias Comerciais, em série única, com valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) cada, perfazendo o valor total de R\$850.000.000,00 (oitocentos e cinquenta milhões de reais), na respectiva data de emissão”, emitidas pela Emissora em 26 de setembro de 2019 (“**1ª Emissão de Notas Comerciais**”), conforme tabela abaixo, cuja destinação dos recursos



indicada abaixo torna a 1ª Emissão de Notas Comerciais passível de reembolso nos termos da Lei 12.431:

Valor Mobiliário	1ª Emissão de Notas Comerciais
Data de Emissão	26/09/2019
Data de Vencimento	25/09/2020
Remuneração	107,00% da Taxa DI
Valor a Pagar (principal e juros estimados em 20/08/2020)	R\$ 880.810.970,00
Destinação dos Recursos	Os recursos obtidos pela Emissora por meio da 1ª Emissão de Notas Comerciais foram destinados aos negócios de gestão ordinária da Emissora, mediante o pagamento, pela Emissora, de valor correspondente à bonificação pela outorga devida ao poder concedente para permitir o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão para exploração, em regime de exclusividade, dos serviços de distribuição de gás canalizado no Estado de Minas Gerais até janeiro de 2053

3.5.1. Para fins do disposto na Cláusula 5.1 acima, entende-se por “recursos líquidos” os recursos captados pela Emissora, por meio da integralização das Debêntures, excluídos os custos incorridos para pagamento de despesas decorrentes da Emissão, sendo certo que a Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário, notificação discriminando tais custos em até 30 (trinta) dias corridos da utilização dos recursos.

3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação com relação à totalidade das Debêntures, com a intermediação de determinada instituição financeira líder (“**Coordenador Líder**”) e de outras instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (em conjunto com o Coordenador Líder, “**Coordenadores**”), de forma individual e não solidária, nos termos do “*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Subscrição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da 8ª (Oitava) Emissão da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG*”, a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores (“**Contrato de Distribuição**”).

3.6.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.



3.6.2.1. Nos termos da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada (“**Instrução CVM 539**”) e para fins da Oferta Restrita, serão considerados:

(a) “**Investidores Profissionais**”: (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM 539; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes; e

(b) “**Investidores Qualificados**”: (i) Investidores Profissionais; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM 539; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.

3.6.2.2. Os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.

3.6.2.3. O investimento nas Debêntures não é adequado aos investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; e (ii) necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de debêntures no mercado secundário é restrita.

3.6.3. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de



serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.6.4. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (b) informar aos Coordenadores, até o primeiro Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período, exceto se previamente acordado com os Coordenadores.

3.6.5. Não existirá fixação de lotes mínimos ou máximos de subscrição das Debêntures, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Profissionais.

3.6.6. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando, dentre outros: (i) possuir conhecimento sobre o mercado financeiro suficiente para que não lhe sejam aplicáveis um conjunto de proteções legais e regulamentares conferidas aos demais investidores; (ii) ser capaz de entender e ponderar os riscos financeiros relacionados à aplicação de seus recursos em valores mobiliários que só podem ser adquiridos por Investidores Profissionais; (iii) possuir investimentos financeiros em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais); (iv) estar ciente de que a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e que será na ANBIMA, nos termos da Cláusula 2.2 acima; (v) estar ciente de que as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura; e (vi) estar integralmente de acordo com todos os termos e condições da Oferta Restrita.

3.6.7. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese e não será admitida a distribuição parcial das Debêntures.

3.6.8. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Profissionais interessados em adquirir as Debêntures.

3.6.9. A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta Restrita dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da Comunicação de Encerramento ou do cancelamento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

3.7. Coleta de intenções de investimento (Procedimento de *Bookbuilding*)

3.7.1. Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, sem lotes mínimos ou máximos, observado o artigo 3º da Instrução CVM 476, o qual definiu, de comum acordo com a Emissora a taxa



final dos Juros Remuneratórios das Debêntures (**"Procedimento de Bookbuilding"**).

3.7.2. Ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, a Emissora ratificou a taxa final dos Juros Remuneratórios, por meio de aditamento a esta Escritura, que deverá ser arquivado na JUCEMG, nos termos da Cláusula 2.4 acima, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora, nos termos da AGE da Emissão, ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas.

3.8. Banco Liquidante e Escriturador

3.8.1. A instituição prestadora dos serviços de banco liquidante e dos serviços de escrituração das Debêntures será o **BANCO BRADESCO S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", s/n, Prédio Amarelo, 1º andar, Vila Yara, CEP 06029-900, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 60.746.948/0001-12 (**"Banco Liquidante"** e **"Escriturador"**, cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante ou o Escriturador na prestação dos serviços relativos à Emissão e às Debêntures).

3.9. Objeto Social da Emissora

3.9.1. A Emissora tem por objeto social aquisição, armazenamento, transporte, transmissão, distribuição e comercialização de gás combustível ou de subprodutos e derivados, diretamente ou através de terceiros, observada a legislação federal pertinente e de acordo com a evolução tecnológica, o desenvolvimento econômico e as necessidades sociais, integrando-se com as demais fontes de energia, nos termos da Lei Estadual 11.021, de 11 de janeiro de 1993.

4. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de agosto de 2020 (**"Data de Emissão"**).

4.1.2. Data de Início da Rentabilidade: Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a Primeira Data de Integralização (conforme definido abaixo) (**"Data de Início da Rentabilidade"**).

4.1.3. Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade: As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, e, para todos os fins de direito, a titularidade delas será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures.

4.1.4. Conversibilidade e Permutabilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora e nem permutáveis por ações de outra sociedade.



4.1.5. Espécie: As Debêntures serão da espécie quirográfaria, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações.

4.1.6. Prazo e Data de Vencimento: Observado o disposto nesta Escritura, as Debêntures terão prazo de vencimento de 11 (onze) anos a contar da Data da Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de agosto de 2031 (“**Data de Vencimento**”).

4.1.7. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão (“**Valor Nominal Unitário**”).

4.1.8. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 850.000 (oitocentos e cinquenta mil) Debêntures.

4.2. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.2.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Início da Rentabilidade, qual seja, a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures (“**Primeira Data de Integralização**”), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso qualquer das Debêntures venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização, a integralização deverá considerar o seu valor nominal unitário acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização.

4.2.2. As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, na data de integralização, utilizando-se 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, desde que aplicado de forma igualitária entre as Debêntures em cada data de integralização.

4.3. Atualização Monetária

4.3.1. O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures será atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“**IPCA**”), apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“**IBGE**”), desde Data de Início da Rentabilidade até a data de seu efetivo pagamento (“**Atualização Monetária**”), sendo o produto da Atualização Monetária incorporado ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso (“**Valor Nominal Atualizado**”). A Atualização Monetária será calculada conforme a fórmula abaixo:

$$VNa = VNe \times C$$

onde,

VNa = Valor Nominal Atualizado das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;



C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde,

n = número total de índices considerados na Atualização Monetária, sendo "n" um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização. O mês de atualização refere-se à data de cálculo da Debênture;

NI_{k-i} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de Dias Úteis entre a Data de Início da Rentabilidade ou a data de aniversário das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do IPCA, sendo "dup" um número inteiro; e

dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo "dut" um número inteiro.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

I. O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo IBGE;

II. Considera-se "data de aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês;

III. Considera-se como mês de atualização o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures;

IV. O fator resultante da expressão $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

V. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento; e

VI. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do dia útil subsequente, apropriando o *pro rata* do último dia útil anterior.

4.3.2. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura para as Debêntures, será utilizada, em sua substituição, para a apuração do IPCA, a projeção do IPCA calculada com base na média coletada junto ao Grupo Consultivo Permanente Macroeconômico da ANBIMA, informada e coletada a cada projeção do IPCA-IS e IPCA Final, não sendo



devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

4.3.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 30 (trinta) dias contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ("**Período de Ausência do IPCA**") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo seu substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do final do prazo de 30 (trinta) dias acima mencionado ou do evento de extinção ou inaplicabilidade, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura, conforme definidos na Cláusula 9 abaixo, para os Debenturistas definirem, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("**Taxa Substitutiva**"). Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, as projeções ANBIMA para o IPCA, coletadas junto ao Grupo Consultivo Permanente Macroeconômico da ANBIMA, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

4.3.4. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida não será mais realizada, e o IPCA, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures desde o dia de sua indisponibilidade.

4.3.5. Caso não haja acordo (ou caso não seja obtido quórum de instalação ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas) sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, em primeira ou segunda convocação, a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá, nos termos da Resolução do CMN nº 4.751, de 26 de setembro de 2019 ("**Resolução CMN 4.751**") ou de outra forma, desde que venha a ser legalmente permitido e devidamente regulamentado pelo CMN, nos termos da Lei 12.431, resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures Em Circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (ou da data em que seria realizada a respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, caso não seja obtido quórum de instalação ou deliberação em segunda convocação), desde que já tenha transcorrido o prazo indicado no inciso I do artigo 1º da Resolução CMN 4.751 ou outro que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis, nos termos da Cláusula 5.4 abaixo, o que ocorrer primeiro, pelo seu Valor Nominal Unitário atualizado (ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso), acrescido da Remuneração das Debêntures devida calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Para cálculo da Remuneração das Debêntures aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, para cada dia do período de ausência do IPCA



serão utilizadas as projeções ANBIMA para o IPCA, coletadas junto ao Grupo Consultivo Permanente Macroeconômico da ANBIMA.

4.4. Juros Remuneratórios

4.4.1. Sobre o Valor Nominal Atualizado ou saldo do Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 5,27% (cinco inteiros e vinte e sete centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* ("**Juros Remuneratórios**").

4.4.2. A taxa final dos respectivos Juros Remuneratórios, definida em conformidade com a Cláusula 4.4.1 acima, foi ratificada por meio de aditamento à presente Escritura.

4.4.3. O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times [\text{FatorJuros}-1]$$

onde:

J = valor unitário da remuneração devida ao final do Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de spread fixo, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Spread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}}$$

onde:

Spread = 5,2700

n = número de dias úteis entra a data do próximo Período de Capitalização (conforme definido abaixo) e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro.

DT = número de dias úteis entre o último e o próximo Período de Capitalização, sendo "DT" um número inteiro.

DP = número de dias úteis entre o último Período de Capitalização e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.



4.4.4. O período de capitalização dos Juros Remuneratórios (“**Período De Capitalização**”) é, para o primeiro período de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Início da Rentabilidade, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração, exclusive, e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.5. Pagamento dos Juros Remuneratórios

4.5.1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de declaração de vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, de amortização ou resgate, nos termos previstos nesta Escritura, os Juros Remuneratórios serão pagos **semestralmente**, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de fevereiro de 2021, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, até a Data de Vencimento, conforme tabela abaixo (“**Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios**”).

Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios
em 15 de fevereiro de 2021
em 15 de agosto de 2021
em 15 de fevereiro de 2022
em 15 de agosto de 2022
em 15 de fevereiro de 2023
em 15 de agosto de 2023
em 15 de fevereiro de 2024
em 15 de agosto de 2024
em 15 de fevereiro de 2025
em 15 de agosto de 2025
em 15 de fevereiro de 2026
em 15 de agosto de 2026
em 15 de fevereiro de 2027
em 15 de agosto de 2027
em 15 de fevereiro de 2028
em 15 de agosto de 2028
em 15 de fevereiro de 2029
em 15 de agosto de 2029
em 15 de fevereiro de 2030



em 15 de agosto de 2030
em 15 de fevereiro de 2031
Data de Vencimento

4.5.2. Farão jus aos pagamentos das Debêntures aqueles que sejam Debenturistas ao final do Dia Útil anterior à respectiva data de pagamento, conforme previstas nesta Escritura.

4.6. Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado

4.6.1. O saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado em 8 (oito) parcelas anuais e consecutivas, a partir do 4º (quarto) ano contado da Data de Emissão, sempre no dia 15 de agosto de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 15 de agosto de 2024 e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures, de acordo com as datas indicadas na segunda coluna da tabela abaixo (cada uma, "**Data de Amortização das Debêntures**") e percentuais previstos na terceira coluna da tabela a seguir:

Parcela	Data De Amortização	Percentual do Saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures a ser Amortizado
1ª	15 de agosto de 2024	10,5882%
2ª	15 de agosto de 2025	12,5000%
3ª	15 de agosto de 2026	15,0376%
4ª	15 de agosto de 2027	18,5841%
5ª	15 de agosto de 2028	23,9130%
6ª	15 de agosto de 2029	32,8571%
7ª	15 de agosto de 2030	48,9362%
8ª	Data de Vencimento	100,0000%

4.7. Local de Pagamento

4.7.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3 ("**Local de Pagamento**").



4.8. Prorrogação dos Prazos

4.8.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo ou qualquer dia que não houver expediente na B3.

4.9. Encargos Moratórios

4.9.1. Sem prejuízo do pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão sujeitos a (independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial): (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (b) juros de mora calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, ambos calculados sobre o montante devido e não pago (“**Encargos Moratórios**”).

4.10. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.10.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.9.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora nos Jornais de Publicação, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios das Debêntures e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento.

4.11. Repactuação

4.11.1. As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação programada.

4.12. Publicidade

4.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos (“**Avisos aos Debenturistas**”) e publicados nos Jornais de Publicação, bem como divulgados na página da Emissora na rede mundial de computadores – Internet www.gasmig.com.br, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário e a B3 a respeito de qualquer publicação na data da sua realização, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.



4.13. Imunidade de Debenturistas

4.13.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.

4.14. Classificação de Risco

4.14.1. Foi contratada, como agência de classificação de risco da Oferta Restrita, a Fitch Ratings Brasil Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.813.375/0001-33 ("**Agência de Classificação de Risco**"), que atribuirá *rating* às Debêntures.

4.15. Tratamento Tributário

4.15.1. As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei 12.431. Caso qualquer Debenturista tenha tratamento tributário diferente daquele previsto na Lei 12.431, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória do referido tratamento tributário julgada apropriada pelo Banco Liquidante, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não gozasse do referido tratamento tributário.

4.15.2. Mesmo que tenha recebido a documentação comprobatória referida na Cláusula 4.15.1 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo a tributação que entender devida.

4.15.3. Caso a Emissora não utilize os recursos obtidos com a colocação das Debêntures na forma prevista na Cláusula 3.4 acima, dando causa ao seu desenquadramento nos termos do parágrafo 8º do artigo 1º da Lei 12.431, esta será responsável pela multa a ser paga nos termos da Lei 12.431.

4.15.4. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.15.2 acima, caso a qualquer momento durante a vigência da presente Emissão e até a data da liquidação integral das Debêntures, as Debêntures deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431 ou haja qualquer retenção de tributos sobre os rendimentos das Debêntures:

- (a) por motivo imputável à Emissora, a Emissora desde já se obriga a arcar com todos os tributos que venham a ser devidos pelos Debenturistas, bem como com qualquer multa a ser paga nos termos da Lei 12.431, de modo que a Emissora deverá acrescer os pagamentos de quaisquer montantes relativos às Debêntures, de valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os referidos tributos não fossem incidentes, fora do âmbito da B3; ou



(b) por motivo não imputável à Emissora, esta poderá, a seu critério, realizar uma Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definida) ou uma Oferta de Aquisição (conforme definido abaixo) endereçada para a totalidade dos Debenturistas, observados os termos e condições previstos nas Cláusulas 5.5 e seguintes e 5.6 e seguintes, conforme aplicável, sem a incidência de multa ou prêmio de qualquer natureza, sendo certo que, salvo na hipótese de que trata a Cláusula 4.15.5 abaixo, os Debenturistas que não aceitarem referida oferta, passarão a arcar com todos os tributos que venham a ser devidos em razão da perda do tratamento tributário previsto na Lei 12.431 e regulamentações aplicáveis.

4.15.5. Observado o disposto no item (b) da Cláusula 4.15.3 acima e a Cláusula 4.15.6 abaixo, conforme aplicável, caso a Emissora opte por não realizar a referida Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) ou a referida Oferta de Aquisição (conforme definido abaixo) no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data em que as Debêntures deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431 ou haja qualquer retenção de tributos sobre os rendimentos das Debêntures, ou, por qualquer razão imputável à Emissora, não seja concretizada a referida Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) ou Oferta de Aquisição (conforme definido abaixo), na forma e nos prazos previstos nas Cláusulas 5.5 e 5.6, conforme o caso, a Emissora deverá arcar com os tributos que venham a ser devidos pelos Debenturistas, de modo que a Emissora deverá acrescer os pagamentos de quaisquer montantes relativos às Debêntures, de valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os referidos tributos não fossem incidentes, fora do âmbito da B3.

4.15.6. Sem prejuízo do disposto acima, caso as Debêntures deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431 antes do término dos prazos mínimos de carência previstos para a realização de uma Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) ou de uma Oferta de Aquisição (conforme definido abaixo), conforme previsto na Lei 12.431 e regulamentações aplicáveis, a Emissora deverá arcar, fora do âmbito da B3, com os tributos que venham a ser devidos pelos Debenturistas até a efetiva realização da Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) ou da Oferta de Aquisição (conforme definido abaixo) a que se refere o item (b) da Cláusula 4.15.4 acima.

4.15.7. Na hipótese prevista na Cláusula 4.15.6 acima, ou, caso venha a ser permitida pela legislação e/ou regulamentação aplicável a realização de Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) ou de uma Oferta de Aquisição (conforme definido abaixo), a Emissora se obriga a realizar a Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) ou a Oferta de Aquisição (conforme definido abaixo), dentre tais eventos aquele que for permitido primeiro, em até 30 (trinta) dias corridos contados da data em que o respectivo evento passar a ser permitido pela legislação e/ou regulamentação aplicável, sendo certo que: **(1)** caso: (a) a Emissora opte por não realizar referida Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) ou referida Oferta de Aquisição (conforme definido abaixo), conforme o caso; ou (b) por qualquer razão imputável à Emissora, não seja concretizada a referida Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) ou a referida Oferta de



Aquisição (conforme definido abaixo), na forma e nos prazos previstos nas Cláusulas 5.5 e 5.6, conforme o caso, a Emissora deverá arcar com os tributos que venham a ser devidos pelos Debenturistas, fora do âmbito da B3, de modo que a Emissora deverá acrescer os pagamentos de quaisquer montantes relativos às Debêntures, de valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os referidos tributos não fossem incidentes, fora do âmbito da B3; e **(2)** caso determinados Debenturistas optem por não aderir à referida Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) ou à referida Oferta de Aquisição (conforme definido abaixo), conforme o caso, a Emissora não arcará com os tributos que venham a ser devidos pelos respectivos Debenturistas que não tenham aderido à Oferta de Aquisição (conforme definido abaixo) ou Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo), conforme o caso, sendo o pagamento dos referidos tributos de responsabilidade exclusiva de tais Debenturistas.

4.16. Certificados de Debêntures

4.16.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures.

4.17. Liquidez e Estabilização

4.17.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.18. Fundo de Amortização

4.18.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

4.19. Direito de Preferência

4.19.1. Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4.20. Eventos Específicos

4.20.1. Observado o disposto na Cláusula 4.20.2 abaixo, na ocorrência de, a qualquer momento e independentemente do motivo, Privatização (conforme definido abaixo) da Emissora, de qualquer de suas controladas e/ou a Privatização da CEMIG, conforme aplicável, e/ou mudança, transferência, cessão, direta ou indireta, do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora e/ou do controle acionário, direto ou indireto, de qualquer de suas controladas, conforme aplicável (em conjunto, "**Eventos Específicos**"), a Emissora se obriga a realizar uma Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) ou uma Oferta de Aquisição (conforme definido abaixo), endereçada para a totalidade dos Debenturistas, observados os termos e condições previstos nas Cláusulas 5.5 e seguintes e 5.6 e seguintes desta Escritura, conforme aplicável, sem a incidência de multa ou prêmio de qualquer natureza, observado que:

- (i) caso qualquer dos Eventos Específicos ocorra após o transcurso do primeiro dos prazos mínimos de carência para a realização de uma Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) ou de uma Oferta de Aquisição (conforme definido abaixo), conforme previsto na Lei 12.431 e regulamentações aplicáveis, a Comunicação de Oferta de Resgate



Antecipado (conforme definido abaixo) ou a Comunicação de Oferta de Aquisição (conforme definido abaixo), conforme o caso, deverá ser publicada na forma de Aviso aos Debenturistas ou comunicada individualmente aos Debenturistas em até 30 (trinta) dias corridos contados da ocorrência do Evento Específico, devendo ser observados os termos e condições, inclusive prazos subsequentes, previstos nas Cláusulas 5.5 e 5.6 abaixo, conforme aplicável; e

(ii) caso qualquer dos Eventos Específicos ocorra durante a vigência dos prazos mínimos de carência para a realização de uma Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) e de uma Oferta de Aquisição (conforme definido abaixo), conforme previsto na Lei 12.431 e regulamentações aplicáveis, configurará um Evento de Inadimplemento (conforme definido abaixo) que pode acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.1.2 abaixo, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.4 e seguintes.

4.20.1.1. Fica desde já certo e ajustado entre as Partes que as Cláusulas 5.5.3 e 5.6.3 abaixo serão integralmente inaplicáveis e não poderão ser utilizadas para fins de Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) ou Oferta de Aquisição (conforme definido abaixo) decorrentes de qualquer dos Eventos Específicos.

4.20.2. Constituem exceções à obrigação de que trata a Cláusula 4.20.1 acima, ou seja, a Emissora estará desobrigada de realizar a Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) ou a Oferta de Aquisição (conforme definido abaixo) ali previstas, e não configurarão um Evento de Inadimplemento nos termos do item (ii) da Cláusula 4.20.1 acima, os seguintes eventos:

(i) na hipótese de transferência do controle direto da Emissora, no caso de transferência de ações de emissão da Emissora detidas pela CEMIG para o Estado de Minas Gerais;

(ii) caso a Emissora tenha o controle acionário disperso no mercado, ou seja, imediatamente após a liquidação de uma oferta pública de distribuição de ações da Emissora, não haja qualquer Acionista de Referência (conforme definido abaixo), exceto pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“**CEMIG**”) ou pelo Estado de Minas Gerais; ou

(iii) caso o novo controlador, após o referido Evento Específico, se houver: (a) seja o Estado de Minas Gerais; ou (b) tenha rating igual ou superior a AA ou equivalente, em escala local, atribuído pela Standard&Poor’s, Fitch ou Moody’s e, cumulativamente, seja comprovado, em qualquer das hipóteses (a) ou (b) acima, o cumprimento, pelo referido novo controlador e pela Emissora: **(ii.a)** da legislação e regulamentação ambiental e trabalhista aplicável e em vigor, e relativa à saúde e segurança ocupacional, inclusive, mas não limitado, ao que se refere à inexistência de trabalho análogo ao escravo e infantil, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos



ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seus respectivos objetos sociais e, ainda, proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor; e **(ii.b)** das Leis Anticorrupção, incluindo, sem limitação, a comprovação de que não houve, em relação ao referido novo controlador nem pela Emissora: (a) acordos de leniência ou termos de compromisso de cessação de prática por infração à ordem econômica; (b) acordos com o ente público lesado ou órgãos de controle, levando em consideração a constante relativização pela jurisprudência da previsão do artigo 17, §1º, da Lei nº 8.429 de 2 de junho de 1992, conforme alterada (“**Lei 8.429**”); (c) acordos administrativos em processo de supervisão ou termos de compromisso; e (d) acordos ou o ressarcimento ao erário, promovidas por órgãos de controle interno ou externo, especialmente a Controladoria-Geral de Minas Gerais, a Controladoria-Geral da União, a Procuradoria do Estado de Minas Gerais, a Advocacia-Geral da União, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o Tribunal de Contas da União, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e o Ministério Público Federal.

4.20.3. Para fins do disposto nesta Escritura, entende-se por:

(i) “**Privatização**”: a hipótese na qual: (a) o Estado de Minas Gerais e/ou a CEMIG deixe de deter, direta ou indiretamente, o equivalente a, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da Emissora e/ou de qualquer das controladas da Emissora, conforme aplicável; e/ou (b) o Estado de Minas Gerais deixe de deter, direta ou indiretamente, o equivalente a, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da CEMIG ou, conforme aplicável, da Emissora; e

(ii) “**Acionista de Referência**”: acionista da Emissora que, individualmente ou em conjunto, vinculado ou não por acordo de acionista ou de voto, tenha mais do que 15% (quinze por cento) do total das ações representativas do capital votante da Emissora.

5. AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, AQUISIÇÃO FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, RESGATE OBRIGATÓRIO, OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E OFERTA DE AQUISIÇÃO

5.1. Amortização Extraordinária Facultativa. As Debêntures não estarão sujeitas a amortização extraordinária facultativa pela Emissora.

5.2. Aquisição Facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora.



5.2.1. A aquisição facultativa poderá ocorrer após 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, e observado o disposto na Lei 12.431 e na regulamentação aplicável da CVM e do CMN, ou antes de tal data, desde que venha a ser legalmente permitido, nos termos no artigo 1º, §1º, inciso II da Lei 12.431, da regulamentação do CMN ou de outra legislação ou regulamentação aplicável.

5.2.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Emissora: **(i)** ser canceladas, caso seja legalmente permitido, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável; **(ii)** permanecer na tesouraria da Emissora; ou **(iii)** ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos valores de atualização monetária e juros remuneratórios das demais Debêntures, conforme aplicável.

5.3. Resgate Antecipado Facultativo. As Debêntures não estarão sujeitas a resgate antecipado facultativo, total ou parcial, pela Emissora.

5.4. Resgate Obrigatório. Na ocorrência de evento de indisponibilidade do IPCA previsto na Cláusula 4.3.2 acima e seguintes, a Emissora deverá realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, nos termos da Resolução CMN 4.751 ou de outra forma, desde que venha a ser legalmente permitido e devidamente regulamentado pelo CMN, nos termos da Lei 12.431, observado o prazo previsto na Cláusula 4.3.5 acima, conforme aplicável, desde que já tenha transcorrido o prazo indicado no inciso I, do artigo 1º, da Resolução CMN 4.751 ou outro que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis ("**Resgate Obrigatório**"). Por ocasião do Resgate Obrigatório, o valor devido pela Emissora aos Debenturistas será equivalente ao: (i) Valor Nominal Atualizado ou saldo do Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, acrescido (ii) dos Juros Remuneratórios e demais encargos devidos e não pagos até a Data do Resgate Obrigatório (conforme definido abaixo), calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade ou desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate obrigatório, incidente sobre o Valor Nominal Atualizado ou saldo do Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, sem pagamento de qualquer prêmio ("**Valor do Resgate Obrigatório**").

5.4.1. O Resgate Obrigatório somente será realizado mediante envio de comunicação individual aos Debenturistas, ou publicação de Avisos aos Debenturistas, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário, B3 e à ANBIMA, com 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar o efetivo Resgate Obrigatório ("**Comunicação de Resgate**"), sendo que na referida comunicação deverá constar: (a) a data de realização do Resgate Obrigatório; (b) a menção ao Valor do Resgate Obrigatório; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Obrigatório.

5.4.2. O Resgate Obrigatório para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados por ela. Caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na B3, o Resgate Obrigatório será realizado por meio do Banco Liquidante.



5.4.3. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta cláusula, serão obrigatoriamente canceladas.

5.4.4. Não será admitido o resgate obrigatório parcial das Debêntures.

5.4.5. Os Debenturistas, ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures nos mercados primário ou secundário, respectivamente, estarão aprovando automática, voluntária, incondicional, irrevogável e irrevogavelmente, independentemente da realização de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo): **(i)** a dispensa aos requisitos constantes nos incisos III e IV da Resolução CMN 4.751; e **(ii)** que a realização de qualquer dos atos da Resgate Obrigatório, nos termos aqui previstos, não caracterizará um Evento de Inadimplemento (conforme definido abaixo) ou descumprimento às obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura.

5.5. Oferta de Resgate Antecipado. Nos termos da Resolução CMN 4.751 ou de outra forma, desde que já tenha transcorrido o prazo indicado no inciso I, do artigo 1º, da Resolução CMN 4.751 ou outro que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("**Oferta de Resgate Antecipado**"), sem que seja necessária qualquer Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre tal prerrogativa. A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

5.5.1. A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação individual enviada aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicação de Avisos aos Debenturistas ("**Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado**") com 30 (trinta) dias de antecedência da data em que se pretende realizar o resgate das Debêntures e o pagamento aos Debenturistas que aceitarem a Oferta de Resgate Antecipado, sendo que na referida Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado deverá constar: (a) que a Oferta de Resgate Antecipado será relativa à totalidade das Debêntures; (b) o valor do prêmio de resgate, caso existente; (c) a forma de manifestação, à Emissora, pelo Debenturista que aceitar a Oferta de Resgate Antecipado; (d) a data efetiva para o resgate das Debêntures e o pagamento aos Debenturistas que aceitarem a Oferta de Resgate Antecipado, observado o limite temporal máximo para pagamento estabelecido na Cláusula 5.5.2 abaixo; e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão e operacionalização pelos Debenturistas.

5.5.2. Após o envio ou a publicação da Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar à Emissora no prazo de 20 (vinte) dias contados da data da Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado, na forma disposta na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado. Ao final deste prazo, a Emissora terá 10 (dez) dias para proceder ao pagamento aos Debenturistas que aceitarem a Oferta de Resgate Antecipado, formalizando assim a liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado, observado que a Emissora somente poderá resgatar antecipadamente a quantidade



de Debêntures que tenha sido indicada por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado.

5.5.3. A Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação por um percentual mínimo de Debêntures, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tal percentual deverá estar estipulado na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado.

5.5.4. O valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente ao Valor Nominal Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures a serem resgatadas, acrescido: (a) dos Juros Remuneratórios e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado, e (b) se for o caso, do prêmio de resgate indicado na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado.

5.5.5. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula, serão obrigatoriamente canceladas.

5.5.6. O resgate antecipado proveniente da Oferta de Resgate Antecipado para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 seguirá os procedimentos de liquidação adotados por ela. Caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na B3, será realizado por meio do Escriturador.

5.5.7. A B3 e a ANBIMA deverão ser notificadas pela Emissora sobre a realização de resgate antecipado proveniente da Oferta de Resgate Antecipado com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da efetiva data de sua realização, por meio de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário.

5.5.8. Os Debenturistas, ao subscrever ou adquirir as Debêntures nos mercados primário ou secundário, respectivamente, estarão aprovando automática, voluntária, incondicional, irrevogável e irretroatável e irrevogavelmente, independentemente da realização de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo): **(i)** a dispensa aos requisitos constantes no inciso III e IV da Resolução CMN 4.751 no que tange à Oferta de Resgate Antecipado; e **(ii)** que a realização de qualquer dos atos da Oferta de Resgate Antecipado, nos termos aqui previstos, não caracterizará um Evento de Inadimplemento (conforme definido abaixo) ou descumprimento às obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura.

5.6. Oferta de Aquisição. Desde que observado o prazo mínimo de carência previsto na Lei 12.431 e regulamentações aplicáveis, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e o disposto nos incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 1º da Lei 12.431 e regulamentações aplicáveis, realizar uma oferta de aquisição da totalidade das Debêntures por valor igual ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar a oferta de aquisição das Debêntures por eles detidas ("**Oferta de Aquisição**"), sem que seja necessária qualquer



Assembleia Geral de Debenturistas para incluir tal prerrogativa. A Oferta de Aquisição será operacionalizada da seguinte forma:

5.6.1. A Emissora realizará a Oferta de Aquisição por meio de comunicação individual enviada aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicação de Avisos aos Debenturistas (“**Comunicação de Oferta de Aquisição**”) com 30 (trinta) dias de antecedência da data em que se pretende realizar a aquisição das Debêntures e o pagamento aos Debenturistas que aceitarem a Oferta de Aquisição, sendo que na referida comunicação deverá constar: (a) que a Oferta de Aquisição será relativa à totalidade das Debêntures; (b) o valor do prêmio da oferta de aquisição, caso existente; (c) a forma de manifestação, à Emissora, pelo Debenturista que aceitar a Oferta de Aquisição; (d) a data efetiva para a aquisição das Debêntures e o pagamento aos Debenturistas que aceitarem a Oferta de Aquisição, observado o limite temporal máximo para pagamento estabelecido na Cláusula 5.6.2 abaixo; e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão e operacionalização pelos Debenturistas.

5.6.2. Após o envio ou a publicação da Comunicação de Oferta de Aquisição, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar à Emissora no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data da Comunicação de Oferta de Aquisição, na forma disposta na Comunicação de Oferta de Aquisição. Ao final deste prazo, a Emissora terá 10 (dez) dias para proceder ao pagamento aos Debenturistas que aceitarem a Oferta de Aquisição, formalizando assim a liquidação da Oferta de Aquisição, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures objeto da Oferta de Aquisição, observado que a Emissora somente poderá adquirir antecipadamente a quantidade de Debêntures que tenha sido indicada por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Aquisição.

5.6.3. A Emissora poderá condicionar a Oferta de Aquisição à aceitação por um percentual mínimo de Debêntures, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Aquisição. Tal percentual deverá estar estipulado na Comunicação de Oferta de Aquisição.

5.6.4. O valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente ao Valor Nominal Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures a serem adquiridas, acrescido: (a) dos Juros Remuneratórios e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Aquisição, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios anterior, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição das Debêntures objeto da Oferta de Aquisição, e (b) se for o caso, do prêmio de oferta de aquisição indicado na Comunicação de Oferta de Aquisição.

5.6.5. As Debêntures adquiridas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula, serão obrigatoriamente canceladas, caso seja legalmente permitido, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável.

5.6.6. A aquisição proveniente da Oferta de Aquisição para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 seguirá os procedimentos de liquidação adotados



por ela. Caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na B3, será realizado por meio do Escriturador.

5.6.7. A B3 e a ANBIMA deverão ser notificadas pela Emissora sobre a realização de aquisição proveniente da Oferta de Aquisição com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da efetiva data de sua realização, por meio de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário.

6. VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes desta Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou da respectiva Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um “**Evento de Inadimplemento**”):

6.1.1. Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial:

- (i) decretação de falência, dissolução, extinção e/ou liquidação da Emissora ou suas controladas, conforme aplicável, ou protocolo do pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou de falência formulado pela Emissora ou suas controladas, conforme aplicável, ou ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora ou suas controladas, conforme aplicável, nos termos da legislação aplicável;
- (ii) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, desde que não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil contado a partir da data do respectivo inadimplemento;
- (iii) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, observado o disposto na Cláusula 6.1.3 abaixo;
- (iv) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora, de quaisquer de suas obrigações assumidas nos termos desta Escritura, sem prévia anuência dos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (v) invalidade, nulidade ou inexecutabilidade das Debêntures ou desta Escritura;
- (vi) descumprimento de decisão judicial transitada em julgado, ou de decisão administrativa irrecurável contra a Emissora, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais)



ou o equivalente em outras moedas, observado o disposto na Cláusula 6.1.3 abaixo;

(vii) questionamento judicial das Debêntures ou desta Escritura pela Emissora, por suas controladas, conforme aplicável, ou por seus controladores diretos;

(viii) se a Emissora e/ou qualquer de suas controladas, conforme aplicável, for responsabilizada judicial ou administrativamente, por sentença ou decisão final e irrecorrível, por dano causado ao meio ambiente, cuja condenação, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), observado o disposto na Cláusula 6.1.3 abaixo;

(ix) se a Emissora e/ou suas controladas, conforme aplicável, forem condenadas por sentença judicial transitada em julgado ou administrativa definitiva, em razão da prática de atos que importem em trabalho infantil, trabalho escravo;

(x) se for constatada, através de decisão judicial transitada em julgado ou administrativa definitiva, violação, pela Emissora e/ou por parte de suas controladas, conforme aplicável, controladoras e coligadas, bem como seus respectivos administradores e/ou funcionários, de dispositivo legal ou regulatório relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, sob qualquer jurisdição, incluindo, sem limitação, a Lei 12.846;

(xi) redução de capital social da Emissora, após a Data de Emissão, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

(xii) sem a prévia anuência dos Debenturistas, que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, constituição ou promessa de constituição de garantia real (incluindo sob condição suspensiva) sobre quaisquer ativos, bens ou direitos pela Emissora e/ou transferência ou disposição (incluindo sob condição suspensiva), exceto as constituídas: (a) em decorrência de renovações ou substituições ou repactuações, totais ou parciais, de dívidas existentes que possuem garantias reais na Data de Emissão, desde que constituídos exclusivamente sobre todo ou parte do ativo que garante a dívida renovada, substituída ou repactuada; (b) no âmbito de processos judiciais ou administrativos, desde que não ultrapassem o valor individual ou agregado superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, observado o disposto na Cláusula 6.1.3 abaixo; e (c) para constituição de garantia em financiamentos junto a bancos de fomento nacional ou internacional;

(xiii) término, por qualquer motivo, do contrato de concessão de que a Emissora é parte, extinção, suspensão ou transferência total de qualquer concessão, permissão ou autorização outorgada à Emissora, e/ou intervenção, pelo Poder Concedente, em qualquer concessão, permissão ou



autorização outorgada à Emissora e/ou às suas controladas, conforme aplicável;

(xiv) extinção, suspensão ou transferência parcial e/ou alteração total de qualquer concessão, permissão ou autorização outorgada à Emissora, que possa representar impacto material adverso na capacidade de pagamento da Emissora;

(xv) ocorrência de qualquer ato de qualquer autoridade governamental ou medida administrativa ou judicial que confisque, desaproprie, bloqueie, arreste, sequestre ou de qualquer outra forma venha onerar ou limitar, por qualquer motivo, qualquer concessão, permissão ou autorização outorgada à Emissora, exceto se tal ato for cancelado, susgado ou, por qualquer forma, suspenso, em qualquer hipótese, dentro do prazo de 20 (vinte) dias;

(xvi) a partir do momento em que a Emissora se tornar companhia aberta, não manutenção de registro de companhia aberta, categoria B, perante a CVM da Emissora;

(xvii) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações, para sociedade limitada ou outro tipo societário que não possua condição legal para emitir Debêntures;

(xviii) revogação do enquadramento do Projeto pelo MME, independentemente do motivo ou quem tiver dado causa à revogação; e

(xix) caso não seja observado o previsto na Cláusula 4.20.1, item (i) acima, ou caso o resgate ou a aquisição das Debêntures decorrente de adesão à Oferta de Resgate Antecipado ou Oferta de Aquisição, conforme o caso, em relação aos Eventos Específicos, não seja realizado dentro do prazo previsto nas Cláusulas 5.5.2 ou 5.6.2 acima.

6.1.2. Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.4 abaixo, qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

(i) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, cujo valor global ultrapasse R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, observado o disposto na Cláusula 6.1.3 abaixo, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário que o referido protesto foi suspenso, cancelado ou ainda se foram prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do referido protesto;

(ii) falta de cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data do referido descumprimento, exceto: (a) para a obrigação de obter o registro da Emissora de companhia aberta na categoria B perante a CVM, previsto no item (xxix) da Cláusula 7.1 abaixo, cujo prazo de cura será de



60 (sessenta) dias, contados da data do referido descumprimento; e (b) para as obrigações que possuam outro prazo de cura específico nesta Escritura;

(iii) se a Emissora deixar de pagar, na data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação pagável pela Emissora, conforme o caso, segundo qualquer acordo ou contrato da qual seja parte como mutuária ou garantidora, envolvendo quantia igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, observado o disposto na Cláusula 6.1.3 abaixo;

(iv) observado o disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações e/ou qualquer outra forma de reorganização societária que implique redução do capital social da Emissora;

(v) não utilização, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 3.4 acima;

(vi) caso as declarações realizadas pela Emissora em quaisquer dos documentos da Emissão sejam falsas, enganosas ou incorretas, e com relação à última hipótese, desde que não corrigidas pela Emissora, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir da ciência do fato pela Emissora;

(vii) questionamento judicial, por qualquer terceiro, das Debêntures, desde que a Emissora não tenha tomado as medidas necessárias para contestar os efeitos do referido questionamento no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data em que a Emissora tomar ciência, por meio de citação regular, do ajuizamento de tal questionamento judicial;

(viii) se, em decorrência direta ou indireta de ação ou omissão, relacionadas a: (i) conforme determinado por sentença judicial, administrativa ou arbitral contra a Emissora e/ou quaisquer de seus administradores e/ou controladores e/ou suas controladas, conforme aplicável: (a) questões trabalhistas e sociais envolvendo trabalho em condição análoga a de escravo e/ou trabalho infantil e/ou incentivo à prostituição; (b) violações contra o meio ambiente e/ou eventuais danos ambientais relevantes decorrentes da atividade descrita em seus objetos sociais, conforme aplicável; ou (c) questões envolvendo o descumprimento das Leis Anticorrupção (conforme definido abaixo); ou (ii) independentemente da existência de sentença judicial, administrativa ou arbitral, questões envolvendo as matérias indicadas nos itens (a), (b) e/ou (c) acima, que causem impactos reputacionais para a Emissora e/ou quaisquer de seus administradores e/ou controladores e/ou suas controladas, conforme aplicável;

(ix) alteração do objeto social da Emissora, conforme descrito na Cláusula 3.9 acima, que implique a mudança da atividade principal da Emissora ou inclua atividade que implique a mudança da atual atividade principal da Emissora;



(x) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(xi) concessão pela Emissora, a partir da Data de Emissão, de mútuos e/ou empréstimos para quaisquer sociedades, exceto caso o mútuo e/ou empréstimo seja concedido para sociedades controladas, conforme aplicável, vedada em qualquer caso a concessão de mútuos para seus acionistas;

(xii) venda, alienação, cisão, transferência e/ou promessa de transferência de ativos da Emissora, inclusive ações ou quotas de sociedades controladas, conforme aplicável;

(xiii) ato de qualquer autoridade governamental ou medida administrativa ou judicial com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora e/ou de suas controladas, conforme aplicável, exceto no caso em que, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis do referido ato, o mesmo seja revogado ou tenha seus efeitos suspensos;

(xiv) caso qualquer dos Eventos Específicos ocorra durante a vigência dos prazos mínimos de carência para a realização de uma Oferta de Resgate Antecipado ou de uma Oferta de Aquisição, conforme previsto na Lei 12.431 e regulamentações aplicáveis, nos termos da Cláusula 4.20.1 (ii) acima;

(xv) alteração parcial de qualquer concessão, permissão ou autorização outorgada à Emissora, e que representem impacto na capacidade de pagamento da Emissora; e

(xvi) se houver o descumprimento pela Emissora dos seguintes índices financeiros a serem apurados anualmente pela Emissora e verificados pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 7.1, inciso (i), alínea (a), sendo a primeira apuração com base nas demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2020:

(a) EBITDA/Serviço da Dívida igual ou maior que 1,3 (um inteiro e três décimos); e

(b) Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0 (três inteiros) (sendo (a) e (b) em conjunto, "**Índices Financeiros**").

6.1.2.1 Para fins do disposto no item (xvi) da Cláusula 6.1.2 acima, serão aplicadas as seguintes definições:

(a) **EBITDA:** Resultado Operacional antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização e resultados extraordinários (receitas ou despesas extraordinárias, não operacionais);



(b) **Serviço da Dívida:** juros e despesas financeiras deduzidos das receitas financeiras; e

(c) **Dívida Líquida:** empréstimos e financiamentos, emissões de títulos e debêntures, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas pela Emissora, deduzidos do caixa e equivalentes.

6.1.3. Os valores dos Eventos de Inadimplemento indicados nas Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2 acima deverão ser, conforme aplicável, reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA ou, na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo.

6.2. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.1.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.8 abaixo, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial do Agente Fiduciário à Emissora, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento e o vencimento antecipado das Debêntures.

6.3. Na hipótese de declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos das Cláusulas 6.2 acima ou 6.4 abaixo, as Partes se obrigam a notificar imediatamente a B3 sobre tal fato para que esta possa tomar as medidas necessárias, conforme aplicáveis.

6.4. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.1.1 acima, respeitados os prazos e procedimentos convencionados nos respectivos subitens, conforme aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) visando a deliberação acerca da não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula 9 e o quórum específico estabelecido na Cláusula 6.6 abaixo. A Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) aqui prevista poderá também ser convocada pela Emissora.

6.5. O Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando acerca das deliberações tomadas na Assembleia Geral de Debenturista (conforme definido abaixo) referida na Cláusula 6.4 acima, caso a Emissora não esteja presente na Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo).

6.6. Se na Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), os Debenturistas, respeitando o quórum previsto na Cláusula 9.4.1 abaixo, determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não o declarará.

6.7. Na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) por falta de quórum, em segunda convocação, ou caso não haja quórum suficiente para não declarar o vencimento antecipado, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, devendo enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.8 abaixo.



6.8. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à Emissora, imediatamente após a ocorrência do vencimento antecipado, informando sobre o vencimento antecipado das Debêntures e exigir o pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Atualizado ou saldo do Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior até a data do seu efetivo pagamento, que deverá ser realizado no prazo de 1 (um) Dia Útil a contar da data de recebimento da referida notificação encaminhada pelo Agente Fiduciário. Caso a Emissora não proceda ao pagamento das Debêntures na forma estipulada nesta Cláusula, além do respectivo Juros Remuneratórios devidos serão acrescidos ao Valor Nominal Atualizado ou saldo do Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de inadimplemento até a data de seu efetivo pagamento. Fica desde já acordado que, para fins desta Cláusula, será realizado por meio da B3 mediante comunicação da Emissora à B3, por meio de correspondência em conjunto com o Agente Fiduciário, sobre o tal pagamento, com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para a sua realização.

6.9. Não obstante à comunicação prevista no item 6.8 acima, a B3 deverá ser comunicada imediatamente após a declaração de vencimento antecipado.

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social: (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora; e (ii) memória de cálculo, elaborada pela Emissora, contendo todas as rubricas necessárias que demonstrem o cumprimento dos Índices Financeiros (conforme definido abaixo), sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos referidos índices financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos auditores independentes da Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

(b) no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis após a apresentação das demonstrações financeiras relativas ao respectivo exercício social, declaração do Diretor Financeiro da Emissora atestando: (i) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura; (ii) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; (iii) o cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura; (iv) que seus bens foram mantidos devidamente segurados, observado a Cláusula 7.1, inciso



(ix) abaixo; (v) que não foram praticados atos em desacordo com o seu respectivo Estatuto Social; e (vi) o cumprimento da obrigação de manutenção do registro de emissor de valores mobiliários categoria B da Emissora, conforme aplicável;

(c) dentro de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos 3 (três) primeiros trimestres de cada exercício social, observado o disposto na alínea (a) acima, cópia de suas informações trimestrais financeiras completas relativas ao respectivo trimestre acompanhada, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora;

(d) enviar os seus atos societários e dados financeiros, bem como o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, conforme aplicável, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações que venham a ser solicitadas pelo Agente Fiduciário para a elaboração do relatório citado no item (xiii) da Cláusula 8.4 abaixo, desde que solicitadas no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo previsto no art. 15 da Instrução CVM 583;

(e) com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, da notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, informar, inclusive, a data e ordem do dia dessa assembleia, e prontamente fornecer cópias das atas de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Emissora que envolvam os interesses dos Debenturistas, conforme aplicável;

(f) em até 2 (dois) Dias Úteis após sua publicação, cópia eletrônica (PDFs) dos Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias e demais documentos relacionados à presente Emissão;

(g) em até 5 (cinco) Dias Úteis, qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;

(h) em até 2 (dois) Dias Úteis após o seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relativa às Debêntures;

(i) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que a Emissora tomar ciência de sua ocorrência, sobre qualquer autuação realizada por autoridades governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa de concorrência, que possam causar abalo reputacional ou afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes das Debêntures;



- (j) no prazo de até 5 (cinco) dias contados da respectiva data de vencimento, os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas; e
 - (k) na maior brevidade possível, respeitado o prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que a Emissora tomar ciência de sua ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento.
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
 - (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às suas expensas) tenham acesso irrestrito, em base razoável: (a) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente as suas demonstrações financeiras; e (b) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora;
 - (iv) convocar Assembleias Gerais de Debenturistas (conforme definidos abaixo) para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário, devendo fazer, não o faça nos termos desta Escritura;
 - (v) cumprir com todas as determinações emanadas da B3 e CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
 - (vi) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
 - (vii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
 - (viii) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a ciência sobre a ocorrência do evento;
 - (ix) manter seus bens e ativos segurados de forma suficiente e adequada, conforme práticas correntes;
 - (x) não praticar quaisquer atos em desacordo com o Estatuto Social e com a presente Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante os Debenturistas;
 - (xi) cumprir as obrigações relativas à destinação dos recursos oriundos da Emissão e à comprovação de referida destinação;
 - (xii) manter válidos e regulares todos os alvarás, licenças (inclusive ambientais, quando aplicáveis), autorizações, concessões ou aprovações necessárias ao regular



exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto, exceto aqueles cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso para: (a) suas atividades ou situação financeira; (b) o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na presente Escritura; ou (c) assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações;

(xiii) manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal que sejam de responsabilidade da Emissora, exceto com relação àqueles que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa e cujos efeitos estejam suspensos;

(xiv) manter, conservar e preservar todos os seus bens (tangíveis e intangíveis), necessários para a devida condução de suas atividades, em boa ordem e condição de funcionamento, excetuando-se pelo uso e desgaste normais desses bens;

(xv) durante o prazo de vigência das Debêntures, não efetuar qualquer alteração material na natureza de seus negócios, conforme conduzidos na Data de Emissão, e não efetuar qualquer alteração na forma legal de seus negócios, conforme existam na Data de Emissão, exceto quando e se exigidos pela legislação em vigor ou pelas regulamentações emitidas pelo poder concedente de suas concessões;

(xvi) cumprir todas as leis, regras, regulamentos, obrigações assumidas em contratos e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto com relação àqueles que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa e cujos efeitos estejam suspensos;

(xvii) contratar e manter contratados os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, a Agência de Classificação de Risco (conforme definido abaixo), o Banco Liquidante e o Escriturador, bem como o ambiente de negociação das Debêntures no mercado secundário;

(xviii) contratar e manter contratada, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, a Standard & Poor's, Fitch Ratings ou Moody's ("**Agência de Classificação de Risco**") para atribuir classificação de risco à Emissora e à Oferta Restrita, obrigando-se a: (i) mantê-la atualizada, nos termos exigidos pela CVM, bem como disponibilizá-la no seu site; (ii) prestar todas as informações e enviar todos os documentos pertinentes solicitados pela Agência de Classificação de Risco, observado que os valores devidos à Agência de Classificação de Risco para os fins aqui previstos deverão ser pagos pela Emissora; e (iii) caso a Agência de Classificação de Risco cesse suas atividades no Brasil, tenha seu registro ou reconhecimento perante a CVM, para atuação como agência de classificação de risco, cancelado, ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco da Emissora da Oferta Restrita, contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação pelos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's, Fitch Ratings ou Moody's ou, na comprovada impossibilidade de contratar uma destas empresas por fatos que estejam fora do controle da Emissora, outra agência de classificação de risco, desde que aprovada por Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;



(xix) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as atualizações necessárias à assinatura desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;

(xx) manter válidas, verídicas, corretas, completas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável. Caso qualquer declaração e garantia se torne inválida, inverídica, incorreta, incompleta ou irregular, notificar o Agente Fiduciário e, conforme aplicável, tomar todas as medidas necessárias para que a situação seja remediada no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da ciência do fato pela Emissora;

(xxi) manter em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes e que sejam necessários para lhe assegurar a manutenção das suas condições de operação e funcionamento;

(xxii) guardar, por 5 (cinco) anos contados da data do encerramento da Emissão, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, toda documentação a ela relativa;

(xxiii) notificar o Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que: (a) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e da Emissão; ou (b) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;

(xxiv) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;

(xxv) manter as Debêntures depositadas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido depósito;

(xxvi) por si e por suas controladas, conforme aplicável, controladoras e coligadas, bem como seus respectivos administradores e/ou funcionários que estejam agindo em nome da Emissora: (i) atuar em conformidade e cumprir, na realização de suas atividades, as disposições da Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998 ("**Lei 9.613**") e a Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 ("**Lei 12.846**") e especificamente no contexto do estado de Minas Gerais, o Decreto Estadual nº 46.782 ("**Decreto 46.782**") e, em conjunto com a Lei 9.613 e com a Lei 12.746, "**Leis Anticorrupção**"; (ii) adotar programa de integridade, nos termos do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015 e legislação estadual correspondente, em especial o Decreto 46.782; (iii) conhecer e entender as disposições das leis anticorrupção dos países e de outros estados da federação em que faz negócios, bem como não adotar quaisquer condutas que infrinjam as leis anticorrupção desses países ou estados; (iv) abster-se de praticar



atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira; (v) atuar em conformidade com os princípios da moralidade e probidade administrativas, na forma da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016 (“**Lei das Estatais**”), em conformidade com as previsões da Lei 8.429; (vi) atuar em conformidade com as normas de proteção à ordem econômica, adotando práticas que não prejudiquem a livre concorrência nos mercados em que atuem, especialmente na forma da Lei nº 12.529 de 30 de novembro de 2011; (vii) observar as regras de atuação no mercado de capitais, especialmente aquelas previstas na Lei do Mercado de Capitais e na Lei nº 13.506 de 13 de novembro de 2017; e (viii) observar as regras de governança corporativa previstas na Lei das Estatais, bem como o regulamento de licitações editado com fundamento na referida norma, especialmente a fim de prevenir e evitar a ocorrência de lesões ao patrimônio público que possam ensejar a adoção de medidas visando à aplicação de sanções, realização de acordos ou o ressarcimento ao erário, promovidas por órgãos de controle interno ou externo, especialmente a Controladoria-Geral de Minas Gerais, a Controladoria-Geral da União, a Procuradoria do Estado de Minas Gerais, a Advocacia-Geral da União, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o Tribunal de Contas da União, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e o Ministério Público Federal;

(xxvii) assegurar que os recursos líquidos obtidos com a Oferta Restrita não sejam empregados em: (i) qualquer oferta, promessa ou entrega de pagamento ou outra espécie de vantagem indevida a funcionário, empregado ou agente público, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos, em âmbito nacional ou internacional, ou a terceiras pessoas relacionadas; (ii) pagamentos que possam ser considerados como propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência ou atos de corrupção em geral em relação a autoridades públicas nacionais e estrangeiras; e (iii) qualquer outro ato que possa ser considerado lesivo à administração pública nos termos das Leis Anticorrupção;

(xxviii) cumprir, por si e por suas controladas, conforme aplicável, controladoras e coligadas, bem como seus respectivos administradores e/ou funcionários, as leis, normas administrativas, regras de autorregulação e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, além de rigorosamente a legislação ambiental e trabalhista em vigor, e relativa à saúde e segurança ocupacional, inclusive, mas não limitado, ao que se refere à inexistência de trabalho análogo ao escravo e infantil, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social e, ainda, proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

(xxix) obter o registro da Emissora de companhia aberta na categoria B perante a CVM em até 90 (noventa) dias contados da Data de Emissão e, a partir de então, manter atualizado o registro da Emissora de companhia aberta perante a CVM, pelo menos como emissor categoria B, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada (“**Instrução CVM 480**”);



(xxx) cumprir todas as normas e regulamentos relacionados à Emissão e à Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando às normas e regulamentos da CVM e da B3, conforme aplicável, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, informações que lhe forem solicitadas;

(xxxi) nos termos da Portaria, (a) destacar no comunicado de encerramento da Oferta e no material de divulgação da Oferta, o número e a data de publicação da Portaria do MME, e (b) manter o compromisso de alocar os recursos obtidos com as Debêntures no Projeto e manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até 5 (cinco) anos após o vencimento das Debêntures, para consulta e fiscalização pelos órgãos de controle e Receita Federal do Brasil;

(xxxii) enviar ao Agente Fiduciário, sempre que solicitado, cópia de quaisquer documentos que sejam enviados ao MME e/ou órgão regulador aplicável a respeito do acompanhamento da destinação de recursos da Emissão, conforme aplicável, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da referida solicitação ou em prazo inferior se determinado por autoridade competente, bem como cópia de quaisquer documentos enviados à Emissora pelo MME e/ou órgão regulador aplicável ou publicados por tais órgãos relacionados ao Projeto;

(xxxiii) manter, em adequado funcionamento, órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço; e

(xxxiv) cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos nesta Escritura e nos demais documentos da Oferta Restrita e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, conforme a seguir transcritas:

(a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;

(b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;

(c) divulgar, em sua página na rede mundial de computadores e em sistema disponibilizado pela B3, até o dia anterior ao início das negociações, as demonstrações financeiras acompanhadas de notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais encerrados, exceto quando o emissor não as possua por não ter iniciado suas atividades previamente ao referido período;

(d) divulgar em sua página na rede mundial de computadores e em sistema disponibilizado pela B3, as demonstrações financeiras subsequentes, acompanhadas de notas explicativas e relatório dos auditores independentes, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;



- (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada (“**Instrução CVM 358**”), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente à instituição intermediária líder da Oferta Restrita;
- (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- (h) divulgar em sua página na rede mundial de computadores o relatório anual e demais comunicações enviadas pelo Agente Fiduciário na mesma data do seu recebimento; e
- (i) manter os documentos mencionados nos itens (c), (d) e (f) anteriores em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos e em sistema disponibilizado pela B3.

7.2. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente B3 sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomeação

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia como agente fiduciário da Oferta Restrita a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

8.1.2. O Agente Fiduciário da Emissão também atua, nesta data, como agente fiduciário nas emissões da Emissora ou de sociedades integrantes de seu grupo econômico identificadas abaixo:

Natureza dos serviços:	Agente Fiduciário
Denominação da companhia ofertante:	COMPANHIA DE GAS DE MINAS GERAIS - GASMIG
Valores mobiliários emitidos:	Nota Promissória
Número da emissão:	Primeira
Número da série:	ÚNICA
Valor da emissão:	850.000.000,00
Quantidade de valores mobiliários emitidos:	1.000.000,00
Garantia envolvidas:	Sem Garantia
Data de emissão:	26/09/2019
Data de vencimento:	25/09/2020



Remuneração:	107,00%DI
Inadimplementos no período:	NÃO HOUE

8.1.3. O Agente Fiduciário não fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 583, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.1.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, este assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.1.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nos termos desta Escritura, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas

8.2. Declaração

8.2.1. O Agente Fiduciário, neste ato assim nomeado, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 6º da Instrução CVM 583, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do BACEN e da CVM, incluindo, sem limitação, a Circular do BACEN nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;
- (iv) aceitar integralmente esta Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (v) ser uma instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (vi) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;



- (vii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura bem como em quaisquer documentos da Emissão, no que se aplicar, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, societários e estatutários necessários para tanto;
- (viii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 6o da Instrução CVM 583;
- (ix) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (x) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (xi) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (xii) que verificou a consistência das informações contidas nesta Escritura, na Data de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (xiii) que o representante legal que assina esta Escritura tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o referido mandato em pleno vigor;
- (xiv) que cumpre todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e
- (xv) que assegurará tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões descritas na Cláusula 8.1.2 acima.

8.3. Substituição

8.3.1. Nas hipóteses de impedimento, renúncia, intervenção, liquidação extrajudicial ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual deverá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, podendo também ser convocada por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá proceder à convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 7º da Instrução CVM 583.



8.3.2. Caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções, o que deverá ocorrer, necessariamente, em até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da renúncia do Agente Fiduciário.

8.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição.

8.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser comunicada à CVM no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis contados do registro na JUCEMG do aditamento a esta Escritura, e estará sujeita aos requisitos previstos na Instrução CVM 583, bem como eventuais normas posteriores.

8.3.4.1. Juntamente com a comunicação a respeito da substituição, deverão ser encaminhadas à CVM: **(i)** declaração assinada por diretor estatutário do novo agente fiduciário sobre a não existência de situação de conflito de interesses que impeça o exercício da função; e **(ii)** caso o novo agente fiduciário não possua cadastro na CVM, (a) comprovação de que o novo agente fiduciário é instituição financeira previamente autorizada a funcionar pelo BACEN, tendo por objeto social a administração ou a custódia de bens de terceiros; e (b) informações cadastrais indicadas na regulamentação específica que trata do cadastro de participantes do mercado de valores mobiliários.

8.3.4.2. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCEMG.

8.3.5. Na hipótese de substituição do Agente Fiduciário, em razão de renúncia pelo Agente Fiduciário ou destituição pelos Debenturistas, caberá ao Agente Fiduciário, mediante recebimento de notificação neste sentido, pela Emissora, efetuar a devolução para a Emissora dos valores já pagos correspondentes ao período no qual não houve ou não haverá efetiva prestação de serviços pelo Agente Fiduciário então substituído.

8.3.6. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até o pagamento integral do saldo devedor das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.3.7. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como Agente Fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o Agente



Fiduciário substituto, desde que referida remuneração seja refletida em aditamento à esta Escritura.

8.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por ato(s) da CVM.

8.4. Deveres

8.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, em especial a Instrução CVM 583, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) exercer suas atividades com boa fé, transparência e lealdade para com os Debenturistas;
- (ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (iii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão e realizar a imediata convocação de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre sua substituição, nos termos da Cláusula 8.3 acima;
- (iv) conservar em boa guarda toda a documentação relativa ao exercício de suas funções;
- (v) verificar, no momento de aceitar a função, a consistência das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vi) diligenciar junto à Emissora para que esta Escritura, bem como seus aditamentos, sejam registrados na JUCEMG, adotando, no caso de omissão da Emissora, as medidas eventualmente previstas em lei;
- (vii) acompanhar a prestação das informações periódicas pela Emissora e alertar os Debenturistas, no relatório anual de que trata o inciso (xiii) abaixo, sobre inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
- (viii) opinar sobre a suficiência das informações prestadas nas propostas de modificações das condições das Debêntures;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, dos cartórios de protesto, das Varas do Trabalho, da Procuradoria da Fazenda Pública, da localidade do domicílio ou da sede da Emissora;
- (x) solicitar, quando considerar necessário, auditoria externa na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xi) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos Jornais de Publicação, respeitadas



outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;

(xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(xiii) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações e nos termos da Instrução CVM 583, a fim de descrever os fatos relevantes ocorridos durante o exercício relativos à execução das obrigações assumidas pela Emissora, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(a) cumprimento pela Emissora das suas obrigações de prestação de informações periódicas, indicando as inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;

(b) alterações estatutárias ocorridas no exercício social com efeitos relevantes para os Debenturistas;

(c) comentários sobre indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora relacionados a cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora;

(d) quantidade de Debêntures emitidas, quantidade de Debêntures em Circulação e saldo cancelado no período;

(e) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período;

(f) constituição e aplicações do fundo de amortização ou de outros tipos de fundos, quando houver;

(g) destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme informações prestadas pela Emissora;

(h) relação dos bens e valores entregues à sua administração, quando houver;

(i) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;

(j) existência de outras emissões de valores mobiliários, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (1) denominação da companhia ofertante; (2) valor da emissão; (3) quantidade de valores mobiliários emitidos; (4) espécie e garantias envolvidas; (5) prazo de vencimento e taxa de juros; e (6) inadimplemento no período; e

(k) declaração sobre a não existência de situação de conflito de interesses que impeça o Agente Fiduciário a continuar a exercer a função.



- (xiv) divulgar, em sua página na rede mundial de computadores, o relatório de que trata o inciso (xiii) desta Cláusula 8.4 aos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, sendo certo que o relatório anual deve ser mantido disponível para consulta pública na página na rede mundial de computadores do Agente Fiduciário pelo prazo de 3 (três) anos. O Agente Fiduciário deve manter ainda disponível em sua página na rede mundial de computadores a lista atualizada das emissões em que exerce essa função;
- (xv) enviar o relatório de que trata o inciso (xiii) desta Cláusula 8.4 à Emissora, no mesmo prazo de que trata o inciso (xiv) acima, para que esta o divulgue na forma prevista na regulamentação específica;
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços;
- (xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (xviii) comunicar aos Debenturistas qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, incluindo as cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora, indicando as consequências para os Debenturistas e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, em até 7 (sete) Dias Úteis;
- (xix) disponibilizar o saldo devedor das Debêntures aos Debenturistas e à Emissora em sua página na rede mundial de computadores (<https://www.simplificpavarini.com.br>);
- (xx) acompanhar com o Banco Liquidante, em cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, o integral e pontuai pagamento dos valores devidos pela Emissora aos Debenturistas, nos termos desta Escritura;
- (xxi) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (xxii) divulgar as informações referidas na alínea (j) do inciso (xiii) desta Cláusula 8.4 em sua página na rede mundial de computadores (<https://www.simplificpavarini.com.br>) tão logo delas tenha conhecimento; e
- (xxiii) manter pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior caso seja determinado pela CVM, todos os documentos e informações exigidas pela Instrução CVM 583, por meio físico ou eletrônico, admitindo-se a substituição de documentos pelas respectivas imagens digitalizadas.

8.5. Atribuições Específicas

8.5.1. No caso de inadimplemento de quaisquer condições da Emissão, o Agente Fiduciário deve usar de toda e qualquer medida prevista em lei ou nesta Escritura para proteger direitos ou defender os interesses dos Debenturistas, na forma do artigo 12 da Instrução CVM 583.



8.6. Remuneração do Agente Fiduciário

8.6.1. Serão devidos pela Emissora ao Agente Fiduciário pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e da Escritura, correspondentes a parcelas anuais no valor de R\$12.000,00 (doze mil reais) sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após a assinatura desta Escritura, e as demais parcelas anuais no dia 15 (quinze) do mesmo mês da emissão da primeira fatura nos anos subsequentes. No caso de celebração de aditamentos aos instrumentos da Emissão e/ou realização de Assembleias Gerais de Debenturistas, bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, será cobrado, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais serviços.

8.6.2. A primeira parcela de honorários do Agente Fiduciário será devida ainda que a Emissão não seja integralizada, a título de estruturação e implantação.

8.6.3. As parcelas serão acrescidas (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário / Agente de Notas / Agente de Letras, excetuando-se o IR (Imposto de Renda) e a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), nas alíquotas vigentes na data do efetivo pagamento.

8.6.4. Os honorários e demais remunerações devidas ao Agente Fiduciário serão reajustadas pela variação positiva acumulada do Índice de Preços ao Consumidor - Amplo – IPC - A, ou na sua falta, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die*, se necessário e caso aplicável.

8.6.5. Os honorários e demais remunerações do Agente Fiduciário não incluem despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, os quais serão cobertos pela Emissora, desde que estejam em conformidade com a Cláusula 8.7 abaixo, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso e, após, sempre que possível, prévia aprovação e posterior envio dos comprovantes de despesas, quais sejam: publicações em geral; notificações, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão, extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, transportes, alimentação e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos investidores.

8.6.6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-



M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.6.7. Os honorários e demais remunerações, se houver, serão devidos mesmo após o vencimento final dos títulos emitidos, caso o Agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades inerentes a sua função em relação à Emissão, valores estes que serão calculados *pro rata die*.

8.7. Despesas

8.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios sucumbenciais, honorários de peritos, avaliadores, auditores independentes e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura, devendo ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora.

8.7.2. O ressarcimento a que se refere a Cláusula 8.7 será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da entrega, à Emissora, de cópia dos documentos com probatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

8.7.3. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, correspondem a depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.7.4. As despesas a que se refere a Cláusula 8.7 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (iii) fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
- (iv) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, transportes e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções;



- (v) custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à Emissão;
- (vi) despesas com especialistas, tais como assessoria legal aos Debenturistas em caso de vencimento antecipado das Debêntures, bem como depósitos, custas e taxas judiciárias de ações judiciais propostas pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra este, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas; e
- (vii) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, a exclusivo critério dos Debenturistas e desde que justificados, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora, preferindo às Debêntures na ordem de pagamento.

8.7.6. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter as despesas mencionadas nas Cláusula 8.7.2 e 8.7.3 acima reembolsadas caso tenham sido realizadas em discordância com **(i)** critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e **(ii)** a função fiduciária que lhe é inerente.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Convocação. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral (“**Assembleia Geral de Debenturistas**”) de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas.

9.1.1. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme o caso, ou pela CVM.

9.1.2. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará conforme a Lei das Sociedades por Ações.

9.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos, em primeira convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias corridos após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

9.1.4. Independentemente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), independentemente de publicações e/ou avisos.

9.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas



e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

9.2. Quórum de Instalação. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, em primeira convocação, a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, em segunda convocação, com, no mínimo, 30% (trinta por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo).

9.2.1. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "**Debêntures em Circulação**" todas as Debêntures subscritas e integralizadas, não resgatadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e aquelas de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) da Emissora, sociedades sob controle comum, administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

9.3. Mesa Diretora. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pela comunhão dos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

9.4. Quórum de Deliberação. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

9.4.1. Todas as matérias submetidas à deliberação dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, excetuados os casos em que haja quórum específico definido nesta Escritura, estão sujeitas ao quórum de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo: **(i)** em primeira convocação, a maioria das Debêntures em Circulação; ou **(ii)** em segunda convocação, a maioria das Debêntures em Circulação, presentes à Assembleia Geral de Debenturistas, desde que estejam presentes Debenturistas representando pelo menos 30% (trinta por cento) das Debêntures em Circulação.

9.4.2. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 9.4.1, estão sujeitos a um quórum mínimo de aprovação de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação, as alterações: **(i)** dos Juros Remuneratórios; **(ii)** do prazo de vigência das Debêntures; e **(iii)** os casos de renúncia ou perdão temporário ou *wavier* para as hipóteses de Eventos de Inadimplemento.

9.4.3. Adicionalmente, estão sujeitos a um quórum mínimo de aprovação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação, as alterações: **(i)** das disposições da presente Cláusula 9; **(ii)** de qualquer dos quóruns previstos nesta Escritura; **(iii)** de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; **(iv)** das obrigações estabelecidas na Cláusula 7 acima; e **(v)** da redação de qualquer dos Eventos de Inadimplemento.



9.5. Outras disposições aplicáveis à Assembleia Geral de Debenturistas. Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

9.5.1. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.5.2. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

(i) é uma sociedade anônima de capital fechado, com existência válida e em situação regular, em fase de obtenção do registro de companhia aberta na categoria B perante a CVM, segundo as leis da República Federativa do Brasil;

(ii) está devidamente autorizada pelos seus órgãos societários competentes celebrar a presente Escritura, a emitir as Debêntures e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(iii) os termos desta Escritura e das Debêntures não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, arbitral ou judicial que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

(iv) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, são verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;

(v) esta Escritura, as obrigações aqui assumidas e as declarações prestadas pela Emissora constituem obrigações legais, válidas, vinculantes e exigíveis da Emissora, exequíveis de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;

(vi) a celebração desta Escritura, a emissão e distribuição pública das Debêntures e o cumprimento das obrigações da Emissora aqui previstas não infringem qualquer disposição legal ou estatutária, ou qualquer contrato, ordem ou instrumento que vincule ou afete a Emissora, incluindo, sem limitação, as normas aplicáveis que versam sobre direito público e administrativo, tais como a Lei das Estatais, nem irão resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer de seus ativos ou bens; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;



(vii) não é necessário qualquer registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório ou terceiro exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos desta Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto pelo: (a) arquivamento da AGE na JUCEMG; e (b) registro das Debêntures junto ao MDA e ao CETIP21, sendo certo que, na Data Emissão as formalidades mencionadas nos itens (a) e (b) acima foram devidamente obtidas;

(viii) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto por aquelas: (a) que estejam em processo tempestivo de renovação e cuja aplicabilidade e/ou exigibilidade esteja suspensa e não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira; (b) que estejam em discussão na esfera administrativa e/ou judicial e cuja aplicabilidade e/ou exigibilidade esteja suspensa; e (c) cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira e não estejam sendo questionadas nos termos da alínea "b" deste item;

(ix) não tem conhecimento da existência de qualquer decisão e/ou sentença na esfera judicial e/ou administrativa por: (a) questões trabalhistas envolvendo trabalho em condição análoga a de escravo e/ou trabalho infantil; ou (b) crime contra o meio ambiente, tampouco foi incluída em qualquer espécie de lista oficial emitida por órgão governamental brasileiro de sociedades que descumpram regras de caráter socioambiental;

(x) suas atividades e propriedades estão em conformidade com a legislação ambiental brasileira;

(xi) em seu melhor conhecimento, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios necessárias à execução das atividades da Emissora, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados pela Emissora na esfera judicial e/ou administrativa para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente determinando sua não aplicabilidade;

(xii) suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios financeiros encerrados em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, bem como as informações trimestrais do trimestre encerrado em 30 de junho de 2020, representam corretamente sua posição patrimonial e financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis vigentes nos períodos a que se referem, os quais foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos;

(xiii) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, ou descumprimento contratual ou legal que possa vir a lhe causar impacto substancial e/ou adverso que não sejam aqueles relatados nas suas demonstrações financeiras;



- (xiv) não tem conhecimento da existência de qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar as Debêntures;
- (xv) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira, reputacional ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (xvi) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (xvii) as informações e declarações prestadas são verdadeiras, corretas, completas e suficientes para a tomada de decisão do investidor;
- (xviii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xix) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura e não está, nesta data, incorrendo em nenhum dos Eventos de Inadimplemento;
- (xx) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (xxi) na presente data e no melhor de seu conhecimento, inexistente violação de qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, as Leis Anticorrupção, pela Emissora, por suas controladas, controladoras e coligadas, bem como seus respectivos administradores e/ou funcionários;
- (xxii) não tem conhecimento da existência de qualquer decisão judicial ou administrativa por violação de qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, as Leis Anticorrupção;
- (xxiii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada;
- (xxiv) cumpre e toma medidas necessárias para procurar fazer com que suas controladas, controladoras e coligadas, bem como seus respectivos administradores e funcionários cumpram as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei 12.846, inclusive: (i) mantém políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas; (ii) dá pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Emissora, previamente ao início de sua atuação



no âmbito desta Oferta Restrita; (iii) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; (iv) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicará imediatamente o Agente Fiduciário; e (v) realizará eventuais pagamentos devidos aos Debenturistas exclusivamente pelos meios previstos nesta Escritura;

(xxv) possui todas as concessões, licenças, permissões, alvarás e autorizações, expedidas por todas as autoridades competentes, que sejam necessárias para conduzir seu negócio; e não recebeu nenhuma notificação relacionada à revogação ou à modificação de qualquer concessão, licença, permissão, alvará ou autorização que, conjunta ou individualmente, se for objeto de uma decisão, determinação ou sentença contrária, teria o efeito de causar um prejuízo relevante e objetivamente apurável sobre a Emissora;

(xxvi) as informações constantes do formulário de referência da Emissora, em fase de elaboração pela Emissora em conformidade com a Instrução CVM 480, ("**Formulário de Referência**"), bem como aquelas incluídas no material de divulgação da Oferta Restrita, conforme aplicável, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;

(xxvii) o Projeto foi devidamente enquadrado nos termos do artigo 2º da Lei 12.431 e do Decreto 8.874 como prioritário pelo MME, nos termos da Portaria;

(xxviii) o Formulário de Referência da Emissora conterá, na respectiva data, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta Restrita, da Emissora, de suas respectivas atividades e situação econômico-financeira, bem como dos riscos inerentes às atividades da Emissora e de suas controladas e quaisquer outras informações relevantes;

(xxix) o Formulário de Referência da Emissora, bem como suas demonstrações financeiras, contêm e conterão, todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora, nos termos da regulamentação aplicável, bem como aquelas necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos e das responsabilidades da Emissora, bem como de suas respectivas condições econômico-financeiras, lucros, perdas e perspectivas, riscos inerentes às atividades da Emissora e quaisquer outras informações relevantes e não conterão declarações falsas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas e/ou insuficientes, ou omissões de fatos relevantes, sendo que as informações, fatos e declarações são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita; e

(xxx) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas e que venham a ser expressas no Formulário de Referência em relação à Emissora serão dadas de boa-fé e com base em suposições razoáveis.

10.2. A Emissora compromete-se a, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento, notificar o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas



nesta Escritura tornem-se inverídicas, imprecisas, incompletas ou incorretas na data em que foram prestadas.

11. Comunicações.

11.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços, observado o disposto na Cláusula 11.2 abaixo:

(i) Para a Emissora:

Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG

Avenida Barbacena, nº 1200, 7º andar
CEP 30190-131, Belo Horizonte, MG
At: Sra. Sandra Regina Pereira Alves
Tel: (31) 3265-1068
E-mail: sandra.alves@gasmig.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Rua Joaquim Floriano, nº 466, Bloco B, Conj. 1401
CEP 04534-002, São Paulo, SP
At.: Matheus Gomes Faria / Pedro Paulo de Oliveira
Telefone: (11) 3090-0447
E-mail: spestruturacao@simplificpavarini.com.br

11.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por telegrama ou, ainda, por correio eletrônico (e-mail) nos endereços acima. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Renúncia. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e III do artigo 784 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil") reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras



medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

12.3. Irrevogabilidade e Irretratabilidade. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula 2 acima, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

12.4. Independência das Disposições da Escritura. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.5. Dispensa de Assembleia Geral. Fica desde já dispensada a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre: **(i)** a correção de erros materiais, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; **(ii)** alterações a quaisquer documentos da Emissão já expressamente permitidas nos termos do(s) respectivo(s) documento(s) da Emissão; **(iii)** alterações a quaisquer documentos relativos à Oferta em razão de exigências formuladas pela CVM, pela B3 ou pela ANBIMA; ou **(iv)** em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que as alterações ou correções referidas nos itens (i), (ii), (iii) e (iv) acima, não possam acarretar qualquer prejuízo aos Debenturistas ou qualquer alteração no fluxo das Debêntures, e desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

12.6. Princípios de Probidade e Boa Fé. As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

12.7. Cômputo de Prazos. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com o disposto no artigo 132 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, sendo excluído o dia de início e incluído o do vencimento.

12.8. Despesas. A Emissora arcará com todos os custos: **(i)** decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CVM, na B3 e na ANBIMA; **(ii)** das taxas de registro aplicáveis, inclusive aquelas referentes ao registro desta Escritura e seus aditamentos na JUCEMG; **(iii)** de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão e à Oferta Restrita, como a AGE da Emissão; e **(iv)** pelos honorários e despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Agência de Classificação de Risco, Banco Liquidante e Escriturador, bem como com os sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário.

12.9. Substituição de Prestadores de Serviços. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, desde que devidamente justificado, proceder à substituição do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante, do Escriturador e da Agência de Classificação de Risco. A substituição do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante, do Escriturador e da Agência de Classificação de Risco, bem como a



indicação de seu(s) substituto(s), deverá ser aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, em conformidade com o disposto na Cláusula 9 acima, ressalvada a contratação da Agência de Classificação de Risco, que poderá ser efetuada sem Assembleia Geral de Debenturistas, desde que a Agência de Classificação de Risco contratada seja uma das citadas no item (xviii) da Cláusula 7.1.

13. LEI APLICÁVEL

13.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

14. FORO

14.1. Fica eleito o foro da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

* * *



Anexo I
Portaria de Enquadramento



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8023071 em 24/09/2020 da Empresa COMPANHIA DE GAS DE MINAS GERAIS GASMIG, Nire 31300005810 e protocolo 205614221 - 16/09/2020. Autenticação: 424EAF4F49404C6369429E71D9E4D2DD7D0401. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/561.422-1 e o código de segurança py5o Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 17/04/2020 | Edição: 74 | Seção: 1 | Página: 39

Órgão: Ministério de Minas e Energia/Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

PORTARIA Nº 6, DE 15 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, no uso da competência delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 347, de 10 de setembro de 2019, e tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, no art. 3º da Portaria MME nº 252, de 17 de junho de 2019, e o que consta no Processo nº 48340.004952/2019-96, resolve:

Art. 1º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto de investimento na atividade de prestação dos serviços locais de gás canalizado, nos termos do art. 25, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil, denominado Projeto de Expansão, Renovação ou Melhoria da Infraestrutura de Distribuição de Gás Natural Canalizado, conforme Plano de Negócios 2018-2022, de titularidade da Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig, inscrita no CNPJ sob o nº 22.261.473/0001-85, doravante denominada Sociedade Titular do Projeto, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme descrito no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º A Sociedade Titular do Projeto deverá:

I - manter atualizada junto à Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis a relação das pessoas jurídicas que a integram;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do prospecto e do anúncio de início de distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do aviso de encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da portaria de aprovação e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado; e

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados até cinco anos após o vencimento das debêntures ou dos certificados de recebíveis imobiliários ou após o encerramento do fundo de investimento em direitos creditórios, para consulta e fiscalização pelos órgãos de controle.

Art. 3º O projeto prioritário não será considerado implantado, na forma aprovada pela Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, na hipótese de se verificar a ocorrência das seguintes condições:

I - extinção ou revogação das autorizações indicadas no Anexo a esta Portaria; ou

II - atraso na implementação do projeto superior a cinquenta por cento em relação ao prazo entre a data de aprovação e a data de conclusão do empreendimento, prevista no Anexo a esta Portaria.

Art. 4º A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Sociedade Titular do Projeto a ocorrência de situações que evidenciem a não implementação do projeto aprovado nesta Portaria.

Art. 5º A Sociedade Titular do Projeto deverá encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, por meio da sua Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no prazo de trinta dias a contar da sua emissão, cópia do Ato de Comprovação ou de Autorização da Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, emitido pelo órgão ou entidade competente.

Art. 6º A Sociedade Titular do Projeto deverá observar, ainda, as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 2016, e na Portaria MME nº 252, de 2019.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MAURO FERREIRA COELHO

ANEXO



PROJETO PRIORITÁRIO

1. Razão Social, Endereço, Telefone e CNPJ da Sociedade Titular do Projeto:	Razão Social: Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig Endereço: Av. do Contorno, 6594 / 10º andar - Lourdes - Belo Horizonte - Minas Gerais - CEP 30110-044
	Telefone: (31) 3265-1000 CNPJ: 22.261.473/0001-85
2. Relação de Pessoas Jurídicas que Integram a Sociedade Titular do Projeto, com os respectivos CNPJ e percentuais de participação:	Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, Participação de 99,14%. Prefeitura de Belo Horizonte - PBH, CNPJ nº 18.715.383/0001-40, Participação de 0,86%.
3. Identificação da Sociedade Controladora, no caso de a Sociedade Titular do Projeto ser constituída na forma de companhia aberta:	Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig
	Nome: Pedro Magalhães Bifano - Diretor-Presidente CPF: 193.468.406-68 Correio Eletrônico: pedro.magalhaes@gasmig.com.br Telefone: (31) 3265-1020
4. Representante(s) Legal(is) da Sociedade Titular do Projeto, com respectivos nome, CPF, correio eletrônico e telefone:	Nome: Gilberto Moura Valle Filho - Diretor Administrativo e de Governança Corporativa CPF: 975.999.058-04 Correio Eletrônico: gvalle@gasmig.com.br Telefone: (31) 3265-1015
	Nome: Luiz Antônio Vicentini Jorente - Diretor Técnico-Comercial CPF: 628.325.818-20 Correio Eletrônico: luiz.jorente@gasmig.com.br Telefone: (31) 3265-1015
5. Denominação do Projeto:	Projeto de Expansão, Renovação ou Melhoria da Infraestrutura de Distribuição de Gás Natural Canalizado, conforme Plano de Negócios 2018-2022.
6. Enquadramento da Atividade:	- Setor de energia (art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 2016)
	- Prestação dos serviços locais de gás canalizado, nos termos do art. 25, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil (art. 1º, § 2º, inciso VII, da Portaria MME nº 252, de 2019)
7. Número e Data do Ato de Outorga de Autorização, Concessão ou Ato Administrativo equivalente emitido pela ANP, ou	
Número e Data do Ato Administrativo equivalente, emitido por Órgão Estadual competente, em caso de Dúvidas para a Prestação	Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Exploração Industrial, Comercial, Institucional e Residencial dos Serviços de Gás Canalizado no Estado de Minas Gerais celebrado entre a Gasmig e o Estado de Minas Gerais - 19 de setembro de 2019.
dos Serviços Locais de Gás Canalizado:	
8. Localização do Projeto (Município(s) e Unidade(s) da Federação):	Conforme detalhamento do Plano de Negócios 2018-2022, diversas cidades do Estado de Minas Gerais.
	Projeto de Expansão, Renovação ou Melhoria da Infraestrutura de Distribuição de Gás Natural Canalizado, conforme Plano de Negócios 2018-2022, aprovado pelo Poder Concedente no âmbito da Primeira Revisão Tarifária da Concessão de Gás Canalizado e nos termos do Terceiro Termo
9. Descrição do Projeto e Indicação dos Principais Elementos Constitutivos e Características:	Aditivo ao Contrato de Concessão para Exploração Industrial, Comercial, Institucional e Residencial dos Serviços de Gás Canalizado no Estado de Minas Gerais. Compreende Projetos de Expansão, de Mercado
	Urbano, de Saturação, de Interiorização e de Inovação Operacional e Suporte, além de investimentos em andamento e despesas de outorga dos empreendimentos de infraestrutura.
10. Prazo Previsto para a Conclusão do Projeto:	31 de dezembro de 2022

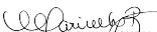
Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8023071 em 24/09/2020 da Empresa COMPANHIA DE GAS DE MINAS GERAIS GASMIG, Nire 31300005810 e protocolo 205614221 - 16/09/2020. Autenticação: 424EAF4F49404C6369429E71D9E4D2DD7D0401. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/561.422-1 e o código de segurança py5o Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

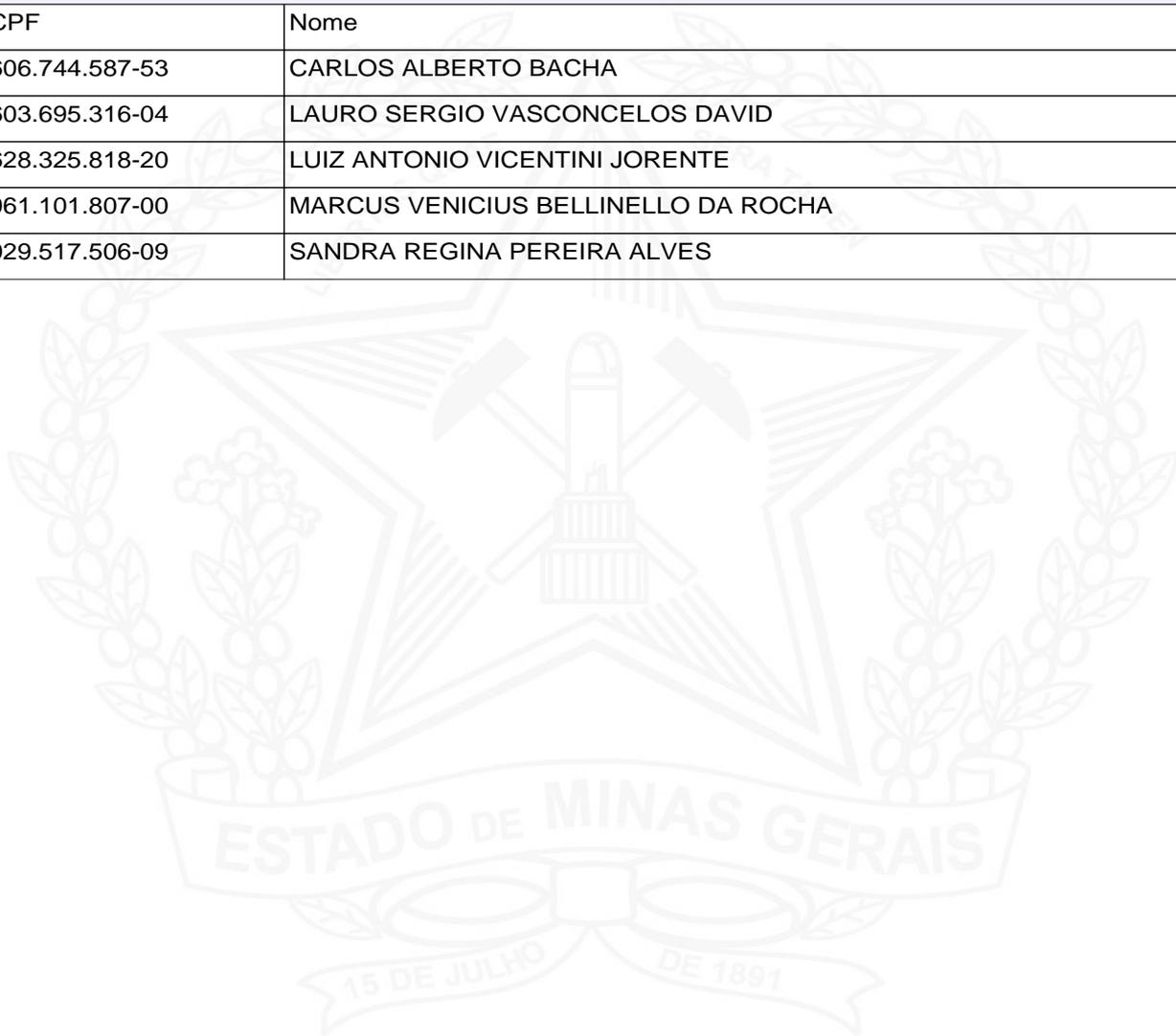
Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/561.422-1	MGE2000743547	15/09/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
606.744.587-53	CARLOS ALBERTO BACHA
603.695.316-04	LAURO SERGIO VASCONCELOS DAVID
628.325.818-20	LUIZ ANTONIO VICENTINI JORENTE
961.101.807-00	MARCUS VENICIUS BELLINELLO DA ROCHA
029.517.506-09	SANDRA REGINA PEREIRA ALVES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa COMPANHIA DE GAS DE MINAS GERAIS GASMIG, de NIRE 3130000581-0 e protocolado sob o número 20/561.422-1 em 16/09/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número ED.000.525-2/001, em 24/09/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Ligia Xenex Gusmão Dutra.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
029.517.506-09	SANDRA REGINA PEREIRA ALVES
606.744.587-53	CARLOS ALBERTO BACHA
961.101.807-00	MARCUS VENICIUS BELLINELLO DA ROCHA
603.695.316-04	LAURO SERGIO VASCONCELOS DAVID
628.325.818-20	LUIZ ANTONIO VICENTINI JORENTE

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
029.517.506-09	SANDRA REGINA PEREIRA ALVES
606.744.587-53	CARLOS ALBERTO BACHA
961.101.807-00	MARCUS VENICIUS BELLINELLO DA ROCHA
628.325.818-20	LUIZ ANTONIO VICENTINI JORENTE
603.695.316-04	LAURO SERGIO VASCONCELOS DAVID

Belo Horizonte, quinta-feira, 24 de setembro de 2020



Documento assinado eletronicamente por Ligia Xenex Gusmão Dutra, Servidor(a) Público(a), em 24/09/2020, às 10:22 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 20/561.422-1.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. quinta-feira, 24 de setembro de 2020



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8023071 em 24/09/2020 da Empresa COMPANHIA DE GAS DE MINAS GERAIS GASMIG, Nire 31300005810 e protocolo 205614221 - 16/09/2020. Autenticação: 424EAF4F49404C6369429E71D9E4D2DD7D0401. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/561.422-1 e o código de segurança py5o Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL